



**Fundamentos do Direito Ambiental Aplicados às
Ciências Agrárias, Ambientais e Jurídica**

1ª Edição
Juina/MT



Amazon
Editora
2009

2009 EDITORA AMAZOOM

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, inclusive eletrônico ou xerográfico, sem autorização expressa dos editores.

Amazoon Editora, Livraria & Locação Ltda.
Av. Arapongas, Nº 105, sala 2, bairro módulo 4, Cep: 78.320-000,
Juina – Mato Grosso – Brasil

Diagramação: Maristela Zavan Ferri
Impressão: Gráfica Fama

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação (CIP)

Miranda, João Paulo Rocha de.
Fundamentos do Direito Ambiental Aplicados às
Ciências Agrárias, Ambientais e Jurídica.
João Paulo Rocha de Miranda. - Juina-MT:
Amazoon, 2009.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-61876-03-6

1. Direito Ambiental. 2. Gestão ambiental pública. 3. Licenciamento ambiental. 4. Espaços territoriais especialmente protegidos. 5. Direito ambiental de terceira geração. 6. Instrumentos jurídicos de proteção ambiental.

CDU 349.6

Elizabete Luciano
Bibliotecária CRB1/2103.

Impresso na Amazônia
Mato Grosso – Brasil
Printed in Amazon Foreste - Brazil



NOTA SOBRE O AUTOR

JOÃO PAULO ROCHA DE MIRANDA

jpr_miranda@terra.com.br

Advogado, membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB-MT. Consultor da Embaixada da Itália no Brasil, a mais de 10 anos. Palestrante e consultor na área de direito ambiental e desenvolvimento sustentável. Atualmente exerce o cargo de Oficial de Gabinete na Procuradoria Especializada de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística em Mato Grosso, além ser tutor no Curso de Especialização em Direito Ambiental a Distância, promovido pela Universidade Federal de Mato Grosso e Universidade Aberta do Brasil.

Especialista em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso e Universidade de Cuiabá; Especialista em Sociedade e Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal de Mato Grosso; Pós-graduado em Direito Ambiental e Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Pará. Pós-graduado em Direito Ambiental, pelo IEB e Fundação Moore. Graduado em Zootecnia, pela Universidade Federal de Santa Maria; e Bacharel em Direito, pela Universidade Federal de Mato Grosso.

NOTA DO AUTOR

Este livro surge da minha experiência profissional de 11 anos na Amazônia Legal brasileira, inicialmente na área de ciências agrárias, posteriormente na ambiental, e por fim na jurídica, o que me mostrou a necessidade do direito ambiental, não apenas para os operadores do direito, mas também para aqueles ofícios que intervêm diretamente sobre o meio ambiente natural, como é o caso da Zootecnia, Medicina Veterinária e Engenharias Florestal, Agrônômica e Ambiental, entre outras profissões.

Desta forma, este trabalho aborda os princípios do direito ambiental, com destaque para o do desenvolvimento sustentável, visto que constitui o alicerce de toda a teoria política contemporânea de salvaguarda do meio ambiente, inclusive da concepção do Estado Ambiental de Direito, o qual foi brevemente explanado em um capítulo próprio. Como não poderia deixar de fazer, tratei, também, da gestão ambiental pública, do licenciamento ambiental e dos espaços territoriais especialmente protegidos. Por fim, trouxe algumas informações sobre os direitos de terceira geração, a responsabilidade ambiental, inclusive dos profissionais, além dos instrumentos jurídicos de proteção do meio ambiente.

Destarte, não pretendo esgotar a matéria, o que seria deveras pretensioso, mas apenas auxiliar estudantes e colegas que necessitam, em seus exercícios profissionais, de conceitos e fundamentos jusambientais. Assim, espero estar contribuindo na formação de profissionais mais completos, capazes de transcenderem seus domínios técnicos, buscando, também, com seus ofícios, um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Primavera de 2009
João Paulo Rocha de Miranda

SUMÁRIO

1.	PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	11
1.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana e direito à saúde...	12
1.2.	Princípio do desenvolvimento sustentável.....	13
1.3.	Princípio poluidor-pagador.....	16
1.4.	Princípio da prevenção ou precaução.....	18
1.5.	Princípio da participação ou democrático.....	19
1.6.	Princípio do limite.....	22
1.7.	Princípio da ubiquidade.....	23
1.8.	Princípio da cooperação.....	23
2.	ESTADO AMBIENTAL DE DIREITO.....	25
2.1.	Formação do Estado Ambiental de Direito.....	26
2.2.	Estado Ambiental de Direito: utopia ou realidade?.....	29
3.	GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA.....	30
3.1.	Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).....	30
3.2.	Competências e Poder de Polícia.....	33
4.	LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	36
4.1.	Estudo de Impacto Ambiental (EIA).....	40
5.	ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS....	44
5.1.	Unidades de Conservação (UC).....	45
5.2.	Área de Proteção Permanente (APP).....	53
5.3.	Reserva Florestal Legal.....	59
5.4.	Terras indígenas.....	62
5.5.	Terrenos de marinha e acrescidos.....	63
5.6.	Terrenos marginais ou reservados.....	64
5.7.	Áreastombadas.....	64
5.8.	Jardins botânicos.....	65
5.9.	Áreas de Patrimônio Nacional.....	65
6.	DIREITO AMBIENTAL DE TERCEIRA GERAÇÃO.....	66
7.	INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	68
7.1.	A ação civil pública ambiental de conhecimento.....	68

7.1.1.	Legitimidade.....	70
7.1.2.	Objeto.....	71
7.1.3.	Competência.....	71
7.1.4.	A prova.....	72
7.1.5.	Coisa julgada.....	73
7.2.	Ação civil pública ambiental de execução.....	74
7.2.1.	Legitimidade ativa e passiva.....	75
7.2.2.	Competência.....	75
7.2.3.	A extinção da execução.....	76
7.3.	A ação popular constitucional ambiental.....	77
7.3.1.	Legitimidade ativa e passiva.....	78
7.3.2.	Pressuposto.....	79
7.3.3.	Competência.....	80
7.4.	Mandado de segurança coletivo.....	81
7.5.	Mandado de injunção.....	82
8.	Responsabilidade ambiental.....	83
8.1.	Responsabilidade civil.....	83
8.2.	Responsabilidade penal.....	84
8.3.	Responsabilidade administrativa.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		86
ANEXO I – CÓDIGO FLORESTAL.....		96

1. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

Neste capítulo iremos expor os princípios fundamentais do direito ambiental, novo ramo jurídico que floresce neste século. Princípios estes que servem não só para alicerçar a doutrina ambiental, mas principalmente, de base para uma nova ordem mundial, para um mundo globalizado, onde prevaleçam países democráticos, alicerçados no Estado de Direito Ambiental.

O direito ambiental é um ramo da ciência jurídica que surge em um momento que o mundo caminha para um colapso de suas fontes ambientais, que alterará a ordem mundial, dividindo o planeta naquelas nações que possuem e nas que não possuem recursos naturais necessários para a sobrevivência de seu povo e de sua sociedade, bem como para o desenvolvimento desta. Este ramo do direito nasce, assim, numa realidade caótica, como instrumento de caráter eminentemente interdisciplinar, necessário à salvaguarda de um planeta dizimado pela atividade humana, fruto da ganância do homem em seu apetite voraz que age como uma nuvem de gafanhotos sobre uma plantação[1].

No art. 225 da Carta Magna pátria (CF/88) é possível encontrar a maioria dos princípios balizadores do direito ambiental. O princípio da dignidade da pessoa humana e direito a saúde, podem ser evidenciados no art. 1º, III e art. 6º, bem como no caput do art. 225, onde, também, estão presentes os princípios do desenvolvimento sustentável, da prevenção ou da precaução e o da participação ou democrático. O princípio poluidor pagador aparece no § 3º do art. 225. Por fim, o princípio do limite pode ser encontrado no art. 225, § 1º, V.

Existem, ainda, alguns princípios que não estão expressamente na CF/88, mas que estão subentendidos em suas entrelinhas e que são também de grande importância para a exegese das normas ambientais brasileiras, que são os princípios da ubiquidade e da cooperação.

Neste contexto, encarando o direito ambiental como uma ferramenta para preservação, sua exegese deve ser baseada em suas fontes principiológicas. Isto porque, em oposição ao positivismo jurídico, este ramo ambiental do direito inspira-se em regras do direito natural, eminentemente principiológicas, fruto não de inspiração metafísica, mas da razão humana que há de inspirar a preservação de todos os seres que ainda habitam o planeta[2].

Ora como pode a população entender a legislação ambiental pátria, sem compreender seus princípios? E se não a entende, como a cumprir? A resposta é clara, a legislação ambiental brasileira, embora internacionalmente reconhecida por sua excelência, é pouco cumprida, e o que é pior, a população diretamente envolvida, não a compreende, não a valoriza e não a cumpre. É o que chamamos de falta de aderência legislativa, e o povo, informalmente, fala que “a lei não pegou”.

A seguir abordaremos os oito princípios do direito ambiental, com intuito de facilitar o entendimento da legislação ambiental, do seu fato gerador, do objeto tutelado e da causa da tutela, possibilitando, assim, sua interpretação sistêmica e contextualizada.

1.1. Princípio da dignidade da pessoa humana e direito à saúde

Existem alguns fundamentos constitucionais que não dispõem de forma expressa sobre a proteção do meio-ambiente, sendo, contudo, numa visão homocêntrica da causa, importantes para se buscar a proteção de nossa biosfera[3]. Informam-nos, portanto, de maneira indireta, a forma de como devemos agir, servindo como mais uma garantia ao ser humano de conservação da saúde e do bem-estar, além de, juridicamente, constituírem tais princípios maneiras inarredáveis de exercício dos direitos fundamentais. Um destes fundamentos é o princípio da dignidade da pessoa humana, que se encontra no art. 1º, III da CF/88:

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;”

Se a dignidade da pessoa humana é garantida constitucionalmente, tudo o quanto mais possa vir a abalar tal fundamento será inconstitucional, devendo as normas atentarem para tal proposição, inevitavelmente. Com o meio ambiente não é diferente. O desrespeito aos princípios de direito ambiental, por lei que não os tenha observado, fatalmente, irá também afetar, por via indireta, o direito fundamental da dignidade da pessoa humana.

Deve-se entender que, se a lei autorizar, por exemplo, o descarte de materiais tóxicos em represa que abastece toda uma po-

pulação, a poluição, neste caso, atingiria a água da represa, mas, conseqüentemente, também os que dela dependam, sendo cruel atentado à dignidade da pessoa humana, bem como à Constituição.

Outro dispositivo constitucional, ligado à dignidade da pessoa humana, é o direito social à saúde, trazido pelo art. 6º:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

E uma das formas de garantir a saúde, não é outra, senão, a efetiva proteção aos ecossistemas e à biodiversidade, a fim de garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado, o qual é essencial à sadia qualidade de vida, conforme caput do art. 225 da CF/88:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

1.2. Princípio do desenvolvimento sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu, inicialmente, na Conferencia Mundial de Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo e repetida nas demais conferencias sobre meio ambiente[4].

Em 1983 foi criada pela Assembléia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que foi presidida por Gro Harlem Brundtland, na época primeira-ministra da Noruega, com o objetivo de sistematizar as problemáticas envolvendo meio ambiente e desenvolvimento, elaborando propostas de intervenções e normas de cooperação internacional que pudessem orientar políticas e ações internacionais nesta matéria.

Em 1987 foi lançado o relatório “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum), também conhecido como relatório “Brundtland”, que definiu da seguinte forma[5]:

“ ... o desenvolvimento sustentável como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Os pontos centrais do conceito de desenvolvimento sustentável elaborados pela CMMAD e contidos no relatório Nosso Futuro Comum (WCED, 1991), tornaram-se base para Agenda 21 e importante pauta na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), popularmente conhecida como Rio-92 ou Eco-92, a qual solidificou e popularizou o conceito do desenvolvimento sustentável.

O Brasil antecipou-se ao resto do mundo ao introduzir na Carta Magna de 1988 o princípio do Desenvolvimento Sustentável, cunhado no caput do art. 225, ao dispor o dever constitucional da Poder Público e da coletividade em proteger e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Desta forma, este princípio projeta a dimensão da pessoa humana no futuro, derrubando a concepção civilista do nascituro[6] e projetando-a em gerações futuras, ainda nem mesmo gestadas. Destarte, surge uma nova dimensão dos direitos fundamentais[7] que deve estar presente ao interpretar vários dos princípios jurídicos dispostos em nosso ordenamento. Isto porque, o interesse protegido não é o da atual geração, mas sua preservação para as futuras gerações. Não é mais um interesse do indivíduo contra o Estado, ou inerente a certa coletividade, mas um interesse difuso e que abrange não apenas as atuais, mas as futuras gerações.

Com o princípio do desenvolvimento sustentável constata-se que os recursos ambientais não são inesgotáveis, tornando-se inadmissível que as atividades econômicas desenvolvam-se alheias a esse fato[8]. Busca-se com isso a coexistência harmônica entre economia e meio ambiente.

Entretanto, não são poucos que vociferem contra a obrigação de preservar, colocando-a em contraste com a necessidade de trabalhar e produzir alimentos e outros bens, colocando a posição social em oposição com a ambiental[9]. Tal argumentação, é uma falácia, já que a Constituição, em momento algum, impede o trabalho e a produção em prol do proprietário, de sua família e de todos que trabalham a terra[10]. Muito pelo contrário, o art. 170, fixa como princípios da ordem econômica a função social da propriedade (inciso III) e a defesa do meio ambiente (inciso VI):

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

III - função social da propriedade;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;”

Enquanto o art. 186 da CF/88 elenca os requisitos para que a propriedade rural atenda a sua função social, determinando em seu inciso I, o aproveitamento racional e adequado da propriedade, e no inciso IV, a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores:

“Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

Com base nestes dispositivos constitucional (artigos 170 e 186) entende-se que a propriedade deve atender também a uma função ambiental[11]. Apesar da função ambiental não constar de forma explícita no texto Constitucional, entende-se que a proteção conferida ao meio ambiente pela Constituição da República Federativa do Brasil, a inserção da defesa do meio ambiente ao lado da função social da propriedade como princípios da ordem econômica, e a utilização adequada dos recursos naturais como requisito ao cumprimento da função social da propriedade rural, passam a caracterizar uma função ambiental inerente à propriedade e intrínseca à noção de função social da mesma[12].

O princípio em questão não objetiva impedir o desenvolvimento, mesmo sabendo que qualquer atividade econômica representa alguma degradação ambiental. Toda via o que se procura é minimizá-la, pois pensar de forma contrária significaria dizer que nenhuma indústria (ou atividade econômica) que venha a degradar o meio ambiente poderá ser instalada, e não é essa a concepção apreendida do texto. O correto é que as atividades sejam desenvolvidas lançando-se mão dos instrumentos existentes adequados para a menor degradação possível[13].

Não se deve pretender impor tal acepção de desenvolvimento sustentável em oposição a uma determinada atividade econômica. No processo de educação ambiental é improdutivo ir contra a atividade econômica desenvolvida na região em que se está atuando, que certamente é altamente impactante ambientalmente, mas também é, com toda certeza, a matriz econômica da localidade. A negação à atividade em questão, certamente trará, no mínimo, ruído à comunicação, isto se, não gerar, oposição à mensagem que pretendia deixar.

Portanto, o trabalho de educação ambiental, deve aproveitar as atividades já desenvolvidas na localidade, procurando inserir nelas o conceito de sustentabilidade, bem como mostrar a perspectiva de outras atividades sustentáveis e com potencial para a região.

1.3. Princípio poluidor-pagador

Este princípio pode ser resumido com a afirmação que, quem polui deve pagar, e, assim, as despesas resultantes das medidas de prevenção, de redução da poluição e da luta contra a mesma, devem ser suportadas pelo poluidor[14].

Este princípio está previsto nos parágrafos 2º e 3º do art. 225, da CF/88:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

Assim, impõe ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção, reparação e repressão da poluição. Ou seja, estabelece que o causador da poluição e da degradação dos recursos naturais deve ser o responsável principal pelas conseqüências de uma ação ou omissão[15].

Deve-se ter bem claro que este princípio não é uma forma de legitimar a degradação mediante pagamento[16], muito pelo contrário, ele impõe ao poluidor, sob a órbita preventiva, o dever de arcar com as despesas de prevenção dos danos ao meio ambiente, utilizando, em sua atividade, instrumentos que previnam a degradação ambiental. Entretanto, ocorrendo danos ao meio ambiente em razão da atividade desenvolvida, o poluidor, repressivamente, será responsável pela reparação[17].

O artigo 225, § 3º, da Constituição, recepcionou o art. 14 § 1º, da Lei 6.938/81 (dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente), criando a responsabilidade objetiva baseada no risco integral, que determina que os danos causados na esfera ambiental devem ser indenizados independentemente da existência de culpa dos agentes, bastando que haja nexo de causalidade entre o dano e este agente, não sendo lícito invocar as tradicionais excludentes de responsabilidade, como o caso fortuito (evento causado pela ação humana de terceiros) ou a força maior (evento causado pela natureza), salvo o fato exclusivo da vítima no tocante aos danos a ela causados. Caso contrário, ficaria fora da incidência da lei a maior parte dos casos de poluição ambiental[18].

“Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.”

1.4. Princípio da prevenção ou precaução

O direito ambiental adota o princípio da prevenção do dano ao meio ambiente como seu sustentáculo, seu objetivo fundamental, visto que os danos ambientais, na maioria das vezes, são irreversíveis e irreparáveis, sendo, portanto, necessário sua prevenção[19].

Este princípio ganhou relevo na última década do século XX, por ocasião da RIO-92 ou ECO-92, convenção da ONU realizada na cidade do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, ficou decidido que diversas medidas para proteção do meio ambiente deveriam ser aplicadas pelos Estados segundo suas capacidades, sem que estes pudessem furtar-se desta obrigação alegando falta de recursos tecnológicos.

Embora o termo precaução possa parecer um sinônimo de prevenção, a maioria doutrina jus-ambiental entende que a idéia de precaução é mais ampla que a de prevenção, posto que exige uma atuação racional, para com os bens ambientais e com a mais cuidadosa apreensão dos recursos naturais, que vai além de simples medidas para afastar o perigo[20].

Assim, o princípio da precaução objetiva prevenir já uma suspeição de perigo ou garantir uma suficiente margem de segurança da linha de perigo. Seu trabalho está anterior à manifestação do perigo[21]. Tal princípio tem foro constitucional[22], expresso na posição asseverada no § 1º, inciso IV, do art. 225 da CF/88, onde se adotou a obrigatoriedade da realização do estudo de impacto ambiental (EIA) para toda atividade potencialmente causadora de degradação ambiental:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;”

Destarte, no princípio da prevenção previne-se porque se sabe quais as conseqüências de se iniciar determinada ato, prosseguir com ele ou suprimi-lo. O nexo causal é cientificamente comprovado, é certo, decorre muitas vezes até da lógica. No princípio da precaução previne-se porque não se pode saber quais as conseqüências que determinado ato, ou empreendimento, ou aplicação científica causarão ao meio ambiente no espaço e/ou no tempo, quais os reflexos ou conseqüências. Há incerteza científica não dirimida[23].

1.5. Princípio da participação ou democrático

Este princípio também está presente no caput do art. 225 da CF/88. Ao redigir, “...impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”, o legislador constitucional consagrou na defesa do meio ambiente a atuação presente do Estado e da sociedade civil na proteção e preservação do meio ambiente. Disso retira-se uma atuação conjunta entre os poderes constituídos da República e as organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, indústrias, comércio, agricultura e tantos outros organismos sociais comprometidos nesta defesa e preservação. Devendo ressaltar que este princípio não é uma faculdade dada à sociedade, mas um dever imposto à coletividade, ou melhor, conquistado pelas instituições civis organizadas (grifo nosso). Assim, a omissão participativa é um prejuízo a ser suportado pela própria coletividade, porquanto o direito ao meio ambiente possui natureza difusa. Além disso, o fato da administração desse bem ficar sob a custódia do Poder Público não elide o dever do povo atuar na conservação e preservação do direito do qual é titular. Neste contexto, este princípio constitui um dos elementos do Estado Social de Direito, que também vem sendo denominado pela doutrina de Estado Ambiental de Direito[24].

A participação das pessoas e das organizações não governamentais nos procedimentos de decisões administrativas e nas ações judiciais deve ser facilitada e encorajada. A ninguém é negado o acesso ao Judiciário; este é o entendimento do art. 5º XXXV, da CF/88 (a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito), que perfeitamente se coaduna com o princípio em questão. Fortalece-se com o que dispõe o inciso XXXIV, “a”, do mesmo artigo 5º, dispondo que a todos é garantido o direito de petição ao Poder Público, em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder. Ou ainda o inciso LXXIII, que

garante ao cidadão o direito à ação popular, para, entre outros fins, resguardar o patrimônio ambiental de quaisquer atos lesivos que o ponham em risco[25].

A informação e a educação ambiental estão previstos na CF/88 e nos instrumentos internacionais de proteção ambiental, servindo como norteadores do direito ambiental, bem como pressupostos lógicos do princípio da participação. A informação pode ser encontrada nos artigos 220 e 221 da CF/88:

“Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.”

“Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.”

Já a educação ambiental está prevista no art 225, § 1º, VI, do texto constitucional:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;”

As informações ambientais devem ser transmitidas pelos causadores, ou potenciais causadores de poluição e degradação da natureza, e repassadas pelo Poder Público à coletividade. O art. 220 da CF/88 nos informa que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”, constituindo-se direito difuso inerente à sociedade brasileira, podendo, qualquer do povo, pelos meios jurídicos cabíveis, ante a falta de informação de qualquer artigo ligado ao meio ambiente (produtos expostos à venda, como soja, carne, etc...), requerer à Administração Pública ou mesmo ao Judiciário, as providências que caibam para o fiel cumprimento de tal dispositivo[26].

O homem tem direito fundamental a condições de vida satisfatórias, em um ambiente saudável, que lhe permita viver com dignidade e bem-estar, em harmonia com a natureza, sendo educado para defender e respeitar esses valores. Como é de se notar, encontra-se tal princípio no

caput do artigo 225, bem como nos seu § 1º, VI, que diz competir ao Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Trata-se de direito social e fundamental do homem à saúde e corolário do princípio da educação ambiental[27].

1.6. Princípio do limite

O princípio do limite caracteriza-se na idéia de que limites não de ser impostos ao homem em seu desejo insaciável de lucro. Desta forma, extrai-se que cabe ao Poder Público o dever de construir cercanias que restrinjam as atividades poluentes, não permitindo a emissão de partículas ou corpos estranhos no meio ambiente acima de níveis toleráveis[28], conforme o art. 225, § 1º, V:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;”

De fato, a economia existe em função da ecologia, uma vez que esta objetiva evitar a exaustão dos recursos naturais, evitando, em consequência o colapso econômico. Deste modo, a humanidade necessita respeitar os limites ecológicos de absorção do sistema, a fim de garantir a própria sobrevivência[29].

1.7. Princípio da ubiquidade

No princípio da ubiquidade, no âmbito do direito ambiental, o bem ambiental é onipresente, de forma que uma agressão ao meio ambiente em determinada localidade é capaz de trazer reflexos negativos a todo o planeta Terra e, conseqüentemente, a todos os povos e a todos os indivíduos, não só para os membros da espécie humana, mas para todas as espécies habitantes do planeta[30].

A idéia de ubiquidade liga-se a de onipresença, ou seja, a faculdade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo e ainda ao fato de que o homem é um ser especial dentre os demais seres vivos. Destarte, a inspiração principiológica possui seu foco na visão holística e não, como pode parecer, na meramente antropológica, posto que, o homem é o centro das atenções das ciências, mas deve se proteger a vida do grupo, por meio de ações macroscópicas e não apenas aos indivíduos considerados isoladamente[31].

Assim, o princípio da ubiquidade ensina que o patrimônio ambiental há de ser respeitado em razão de uma premissa essencial: a sobrevivência da espécie humana.

1.8. Princípio da cooperação

Entende-se, por cooperação, a atividade conjunta e solidária dos diversos Estados em prol da preservação do meio ambiente o que implica de certo modo na renúncia de parte da soberania de cada um, buscando o combate eficaz aos efeitos devastadores de atividades nocivas[32].

Assim, a preservação da vida no planeta, uma sociedade sem tantas desigualdades, a vida digna em comunidade são situações que apenas alcançar-se-ão com a participação de cada um. Daí a importância da cooperação entre os povos da forma mais ampla possível, para que alcance a necessária eficácia, não se restringindo apenas as parcerias entre países, mas sim num entrelaçar de mãos entre todos os habitantes do planeta[33].

O princípio da cooperação deve ser relativizado em função das condições de cada país, o que é denominado de princípio da igualdade material. Assim, os países têm responsabilidades ambientais comuns, mas diferenciadas, segundo seu desenvolvimento e sua capacidade. Muitos países pobres não podem direcionar uma parte sequer de seu patri-

mônio para aplicação na área de preservação, prevenção ou recuperação ambiental, uma vez que outros graves problemas, como de saúde, educação e fome assolam toda a nação. Desta forma, impossível imputar-se grau de responsabilidade idêntico para entes que estejam em situações diferentes[34]. Trata-se do princípio da igualdade material, que deve reger as relações internacionais também, sob pena de latente injustiça.

2. ESTADO AMBIENTAL DE DIREITO

Neste capítulo procuraremos mostrar o surgimento de um novo modelo de Estado e de desenvolvimento, bem como os princípios que os alicerçam. Entretanto, não será apresentada uma concepção fechada, pelo contrário, mostraremos um processo sócio-ambiental em curso, dinâmico e altamente variável, porém global e vital para o planeta, e quiçá o universo.

É preciso deixar claro, que este novo Estado, pós-social, surge da falência do Estado do bem estar social (wellfare state), e da ineficiência dos Estados liberais e neoliberais, de garantirem os direitos fundamentais dos cidadãos e de lidarem com os passivos ambientais. Isto porque, a “mão invisível” do clássico Adam Smith, isto é o mercado, não foi capaz de lidar com a economia ambiental, que possui lógica diversa da economia financeira, aprofundando e globalizando a crise sócio-ambiental e a miséria pelo mundo.

Neste contexto, surgiu uma terceira via, o Estado Ambiental de Direito, democrático, social e ambiental, assentado nos princípios do direito ambiental. Incumbido da proteção do meio ambiente e da promoção da qualidade de vida, sob os auspícios do desenvolvimento sustentável, pressupõe a realização de novos direitos e valores, como a educação ambiental, a democracia ambiental, a cidadania participativa e solidária e a tutela jurisdicional ambiental adequada[35].

Este novo modelo de Estado, que parece ser uma utopia pós-comunista, já está sendo paulatinamente implantado. Mas não por ideologias juvenis, românticas e utópicas, mas pela cruel necessidade de sobrevivência do planeta, que sofre com o aquecimento global, com a elevação dos níveis dos oceanos, com o aquecimento do atlântico, com os tsunamis, furações e demais catástrofes ambientais. Em fim, a demonstração natural mais clara da terceira lei de Newton, ação e reação. O planeta reagindo à ação destruidora do homem. Por isso, e apenas por isso, os Estados procuram alternativas de desenvolvimento.

Apesar de Thomas Hobbes parecer mais atual do que nunca ao afirmar que o “homem é o lobo do homem”, já existem homens e mulheres, lutando pela reconciliação do homem com o meio ambiente, através do desenvolvimento sustentável, que assegure a compatibilização do crescimento com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida. Por isso, o Estado Ambiental de Direito surge à luz da reconciliação, reconciliação do homem com a natureza e consigo mesmo, através da

conscientização da inexorabilidade da finitude dos recursos ambientais, e da reconciliação do homem com as gerações futuras numa perspectiva de solidariedade, através da assunção da responsabilidade da preservação e da gestão racional dos recursos ambientais.

Desta forma, este curso pretende contribuir para a formação deste novo Estado, o Estado Ambiental de Direito, através da reconciliação, de técnicos e líderes comunitários consigo mesmo e com o meio ambiente que os cercam, formando multiplicadores que alicerçarão a gênese do Estado Ambiental de Direito.

2.1. Formação do Estado Ambiental de Direito

Baseado nos princípios do direito ambiental, os Estados contemporâneos estão criando, uns mais, outros menos, condições para a preservação e fruição de bens ambientais, permitindo mesmo a caracterização deste como um Estado Pós-Social ou um Estado Ambiental. Isso significa que a edição do Estado de Direito Ambiental converge, necessariamente, para mudanças profundas nas estruturas da sociedade organizada, de modo a apontar caminhos e oferecer alternativas para a superação da atual crise ambiental, preservando os valores que ainda existem e recuperando os valores que deixaram de existir. Busca-se assim um novo paradigma de desenvolvimento, fundado na solidariedade social, capaz de conduzir à proteção concreta do meio ambiente e à promoção efetiva da qualidade de vida[36].

A formulação do Estado Ambiental de Direito implica definir um Estado que, além de ser um Estado de Direito, um Estado Democrático e um Estado Social, deve também se modelar como Estado Ambiental[37].

A construção de um novo modelo estatal, baseia-se na conservação da qualidade ambiental, a qual é essencial para a existência digna de todos os seres vivos, no presente e no futuro, e, surge em face das exigências da complexa crise ambiental, voltado à proteção jurídica mais efetiva do bem ambiental[38].

Segundo a doutrina dominante, o Estado de direito ambiental resulta da incorporação de novos elementos ao tradicional Estado de Direito liberal, modificando, assim, sua estrutura e racionalidade. Dentre esses elementos, destacam-se: o Estado social, a globalização, os blocos econômicos e a política ambiental global.

Traçando um paralelo entre os Estados Liberal, Social e Ambiental, pode-se afirmar que suas instituições principais são, respectivamente, o mercado, o Estado e a natureza; já os sujeitos de direitos são, respectivamente, o burguês ou proprietário, o trabalhador e o ser humano; enquanto as finalidades destes tipos de Estados são, respectivamente, a liberdade, a igualdade e a solidariedade; por fim, os direitos fundamentais destes tipos de Estados são, respectivamente, de primeira geração (direitos individuais), de segunda geração (direitos sociais) e de terceira geração (direitos difusos)[39].

O Direito Humano de Terceira Geração é um direito ultra-nacional, que transcende o Estado, um direito coletivo[40]. Os direitos da terceira geração são dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade e não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado. Tem primeiro por destinatário o gênero humano[41]. Assim, um dos mais importantes direitos fundamentais da terceira geração é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído[42]. Neste sentido[43], o ordenamento jurídico brasileiro recepcionou os valores de ordem ambiental como de terceira geração, na medida em que o Estado, através do legislador constituinte, em uma posição positiva, garantiu em nossa carta magna o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

“Art.225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Desta forma, o Estado Ambiental apresenta características que lhe conferem funções ampliadas do Estado Liberal e do Estado Social, considerando, sobretudo, a preservação do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida, como valores fundamentais de uma democracia e de uma nova forma de cidadania, participativa e solidária[44].

O Estado Ambiental é um quadro de mais sociedade, mais direitos e deveres individuais e mais direitos e deveres coletivos e menos Estado e menos mercantilização[45].

As funções do Estado Ambiental de Direito se realizam, principalmente, por meio de medidas concretas que visam a estimular e a provocar o exercício das condutas, participativas e solidárias, desejadas para

alcançar o fim ambiental do Estado. A função repressora, típica do Estado Liberal, cede lugar à função promotora, característica do Estado Social, que deve ser ampliada no Estado Ambiental. No Estado Ambiental de Direito[46], o cidadão não é mais o proprietário ou o trabalhador, mas ente humano, sem qualificações jurídicas específicas que o insiram em determinado grupo social. Todas as pessoas, mesmo as excluídas pelo Estado Liberal e pelo Estado Social, são consideradas cidadãos do Estado Ambiental, naturalmente com direitos e deveres também ampliados.

É fundamental que o Judiciário, no Estado Pós-Social, proceda a uma mudança de paradigmas na percepção da sua própria posição e função, para uma efetiva concretização dos princípios da prevenção, da participação e da responsabilização, evitando que o formalismo e a morosidade processual se tornem obstáculos a uma plena tutela jurisdicional ambiental[47]. Neste sentido, é indispensável para o Estado Ambiental de Direito o acesso amplo ao Judiciário, com a garantia do devido processo legal para as questões ambientais. Vale dizer, a efetivação de uma tutela jurisdicional ambiental, célere e eficaz, que garanta à sociedade a responsabilização (penal, administrativa e civil) dos que ameaçam ou degradam o meio ambiente. Para isso, a “class action” dos Estados Unidos, a “ação popular” de Portugal e a “ação civil pública”, a “ação popular” e o “mandado de segurança” do Brasil são os mecanismos mais atuais para a instrumentalização da tutela jurisdicional do meio ambiente e trouxeram um verdadeiro novo rumo ao Direito Ambiental e ao Direito Processual para fazer face aos anseios e às exigências da coletividade por um Estado Ambiental de Direito[48].

Cabe ressaltar, que a fusão dos princípios do direito ambiental formam o alicerce para o Estado Ambiental de Direito. Desta forma a democracia ambiental e a participação popular se completam com a informação e a educação sobre o meio ambiente, indispensáveis à tomada de consciência dos valores ambientais. Por isso, a consecução plena das funções do novo Estado só será possível quando este tiver, ao seu lado, uma coletividade informada, educada, participativa e solidária.

2.2. Estado Ambiental de Direito: utopia ou realidade?

Embora, para alguns, um novo modelo de Estado, baseado nos princípios do direito ambiental, possa parecer uma utopia, entendemos ser possível e necessário. Alias, a própria doutrina não o coloca mais como uma hipótese, mas como um processo em curso. Prova disto é a Eco-92, o Rio+10, o Protocolo de Kyoto, e mais recentemente, a formação do grupo “Parceria da Ásia-Pacífico para o Desenvolvimento Limpo e Clima”, formado pelo seis maiores poluidores do mundo: Estados Unidos da América, Austrália, Índia, China, Coreia do Sul e Japão. Sendo que os dois primeiros países, foram os únicos, entre os desenvolvidos, que não ratificaram o Protocolo de Kyoto. Portanto, o Estado Ambiental de Direito, encontra-se em formação pelo mundo. Não é um modelo que parta da ruptura abrupta do modelo anterior, mas da gradual transformação sócio-política dos Estados que enfrentam a globalização das mazelas sociais e ambientais.

Desta forma, os governantes e sociedade civil organizada devem se focar na criação de políticas públicas, baseadas nos princípios do direito ambiental, que contribuam para a formação do Estado Ambiental de Direito. Assim, se o mundo conseguir, na primeira metade deste século, fundar as bases deste modelo de Estado, poderemos viver um novo “século das luzes”, com mudanças sociais, culturais, tecnológicas e de paradigmas tão grandes quanto a ocorrida no século XVIII.

Desta forma, os doutrinadores brasileiros e mundiais estão pensando sob um foco planetário, como é o caso de Milton Santos[49], professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, ao afirmar, no início deste século:

“A busca de remédios eficazes não parece possível sem que o modelo global imposto a cada país seja revisto. Assim, mais cedo ou mais tarde, todos os países submetidos ao julgo da globalização perversa serão forçados a rever os termos atuais de sua dependência ... E a partir dessa evolução histórica podemos acreditar na inversão gradativa do processo atual, mediante a construção de uma globalização de baixo para cima, uma globalização verdadeiramente humana ... O século 21 será certamente o novo século das luzes. Pela primeira vez na história o novo deixa de ser apenas uma referencia ao amanhã; ele é também constituído do que hoje ainda não se realizou, mas a partir de possibilidades atuais concretas”.

3. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

3.1. Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)

Há quase 25 anos entrou em vigor a Lei Federal n.º 6.938/81, que criou o ambicioso projeto de uma Política Nacional do Meio Ambiente, a ser executada mediante um Sistema Nacional (SISNAMA), o qual abrangesse o país inteiro. A promulgação desta lei partiu da correta premissa de que qualquer política ambiental terá maior probabilidade de resolver os problemas locais concretos se puder contar com o apoio da União e dos Estados - que dispõem dos meios técnicos e financeiros necessários para tanto. Além disso, o SISNAMA pretendia incluir também os municípios, visto que todos os problemas ambientais surgem localmente e uma efetiva fiscalização somente poderia funcionar de forma descentralizada, com o controle imediato das populações atingidas[50].

De acordo com o art. 6º da Lei 6.938/81, o SISNAMA compreende o Conselho de Governo como órgão supremo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como órgão consultivo e deliberativo, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como órgão central e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como órgão executivo. As repartições administrativas que tratam de assuntos ligados à proteção ambiental no âmbito federal são denominadas órgãos setoriais e, na esfera dos Estados federados, órgãos seccionais. Ao lado destes, os órgãos ambientais dos municípios foram declarados de órgãos Locais do Sistema Nacional:

“Art 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre

normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;”

É fácil observar que faz parte da concepção do SISNAMA a intenção de obrigar os Estados e municípios a executarem ativamente normas federais, o que, na verdade, deve ser considerado inconstitucional.[51]

É justamente por falta de obrigatoriedade jurídica da participação ativa dos seus pretensos “órgãos” seccionais e locais, o SISNAMA (e os sistemas estaduais) funciona somente mediante o uso dos chamados “meios indutivos”, como os governos superiores não podem obrigar os inferiores a participarem ativamente das suas “políticas”, eles devem induzi-los para tal comportamento. Isto significa que sempre deve haver a oferta de ajuda material aos entes inferiores, através de programas e fundos, sob a condição de que os governos interessados tomem as providências administrativas concebidas nas leis superiores (ex.: criação de secretarias e conselhos, elaboração de planos e projetos etc.). Esta participação, no entanto, não possui caráter vinculativo ou permanente, podendo os integrantes abandonar os referidos organismos a qualquer momento, o que causa a sua instabilidade[52].

A Lei 9.605/98, conhecida como Lei dos crimes ambientais, no § 1º, do art. 70, também faz alusão ao SISNAMA, quando estabelece as autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo:

“Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha.”

A Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (6.938/81), em seu art. 11 § 1º, prever que a fiscalização e o controle da aplicação das normas e padrões de qualidade ambiental devem ser executados pelo IBAMA apenas supletivamente em relação aos órgãos estaduais e municipais:

“Art. 11. Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

§ 1º A fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental serão exercidos pelo IBAMA, em caráter supletivo da atuação do órgão estadual e municipal competentes.”

Na prática, boa parte dos municípios continua deixando a fiscalização e o licenciamento da grande maioria dos projetos ambientalmente relevantes aos cuidados dos órgãos superiores (órgãos estaduais e IBAMA), visto que somente estes dispõem dos meios técnicos necessários. Além disso, prevalece uma evidente falta de interesse político dos prefeitos de afastar possíveis investidores com exigências próprias de defesa ambiental. Da mesma forma, dificilmente um órgão ambiental municipal efetua uma fiscalização in loco, lavrando auto de infração ou embargando uma atividade que infringe a legislação ambiental[53].

Tal realidade é reflexo da precária infra-estrutura municipal disponibilizada para a matéria ambiental, conforme pesquisa do IBGE[54] que verificou que apenas 6% dos 5.560 municípios do Brasil possuem uma secretaria exclusiva para cuidar da questão ambiental e 26% têm secretarias conjuntas com outras temáticas. Constatou-se também um número restrito de funcionários dedicados à área ambiental e uma falta de habilitação e/ou capacitação técnica destes. Em geral, pode-se afirmar que existe, no Brasil, uma expressiva fragilidade da gestão municipal na

proteção ambiental, que põe em dúvida a sua preparação para assumir mais atribuições dos Estados federados nesta área.

É de frisar também que os órgãos ambientais estaduais e federais, no passado, quase nunca têm punido municípios por sua omissão na área ambiental, considerando com muita benevolência as suas pretensões “limitações de atuação”. Por fim, podemos observar que o evidente avanço da legislação ambiental não teve correspondência na estruturação administrativa dos órgãos ambientais[55].

3.2. Competências e Poder de Polícia

O art. 23 da CF/88 introduziu, pela primeira vez, expressas competências comuns administrativas (ou “materiais”) dos três níveis federativos em matéria ambiental:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;”

As competências comuns administrativas (art. 23, CF/88) não devem ser confundidas com as competências concorrentes legislativas do artigo 24 da CF/88, cujos limites têm que ser definidos mediante o uso de critérios contextuais da realidade de cada município:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;”

Faz sentido considerar os mencionados dispositivos do art. 23 CF/88 como expressão de um “poder de polícia ambiental” das três esferas governamentais. Essas atividades são expressões de um poder de

polícia especial, porém, elas devem ser consubstanciadas em normas de lei formal (parlamentar). Desta forma este poder de polícia significa nada mais do que a execução das respectivas normas legais mediante fiscalização, lavra de multas e outras medidas de controle. Neste ponto, é de frisar que o conceito tradicional do poder de polícia, disposto no art. 78 do Código Tributário Nacional, o define apenas para fins fiscais, isto é, no contexto da cobrança de taxas em função do exercício do poder de polícia por órgãos públicos. Para análise do conteúdo material do poder de polícia, em matéria ambiental, o valor desta definição é apenas relativo[56]:

“Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

O conceito clássico de poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Em linguagem menos técnica, podemos dizer que poder de polícia é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual[57].

Portanto, o poder de polícia existe em razão do interesse social e possui fundamento na supremacia geral que o Estado exerce em seu território sobre todas as pessoas, bens e atividades, vale ressaltar também, que essa supremacia se demonstra nos mandamentos constitucionais e nas normas de ordem pública, que impõem condicionamentos e restrições aos direitos individuais em favor da coletividade. Assim, com intuito de evitar a prática de atividade individual (de particular) que possa afetar a coletividade, a Administração, por meio do poder de polícia, pode condicionar o exercício dos direitos individuais, pode delimitar a execução de atividades, como pode condicionar o uso de bens que afetem a coletividade, ou contrariem a ordem jurídica estabelecida. Em se tratando de direito ambiental, cumpre-nos demonstrar a existência do poder de polícia ambiental, que é voltado à proteção do meio ambiente, que como veremos a seguir, é bem difuso, pertencente a toda coletividade.[58]

Nessa sentido, poder de polícia ambiental é a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, re-

gula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público concernente à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício da atividade econômica ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização/permissão ou licença do Poder Público de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão à natureza.[59]

A Administração Pública exerce o poder de polícia por meio de atos normativos em geral, ou seja, limitações administrativas estabelecidas através de normas gerais e abstratas; e também através de atos administrativos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto, abrangendo medidas preventivas (fiscalização, vistoria, licença, etc.) e medidas repressivas (interdição de atividade, autuação, etc.).

Entretanto, o poder de polícia administrativa ambiental é exercido mais comumente por meio de ações fiscalizadoras, uma vez que a tutela administrativa do ambiente contempla medidas corretivas e inspetivas, entre outras. Malgrado isso, dentre os atos de polícia em meio ambiente, o licenciamento também ocupa lugar de relevo, uma vez que as licenças são requeridas como condições para praticar atos que, não observadas as respectivas cláusulas, podem gerar ilícito ou efeitos imputáveis.[60]

De qualquer maneira, no Brasil, a competência de polícia, como aplicação da lei, pertence normalmente à esfera federativa que tiver o direito de regular a respectiva matéria. Todavia, como certas atividades interessam simultaneamente aos três níveis estatais, pela sua extensão a todo o território nacional (saúde pública, trânsito, transportes etc.), o poder de regular e de policiar se difunde entre todas as administrações interessadas.[61] A regra, entretanto, é a exclusividade do policiamento administrativo; a exceção é a sua concorrência.[62]

Parte da doutrina[63] do Direito Administrativo enfatiza que o clássico poder de polícia, nos dias de hoje, teria que ser qualificado como dever de polícia, alegando que a Administração Pública, nos três níveis federativos, na verdade, teria sempre a obrigação de agir para prestar efetivamente os serviços elencados no art. 23 CF/88.

Na área do Direito Ambiental, podemos construir este verdadeiro poder-dever dos entes políticos de atuarem ativamente nas áreas setoriais das competências comuns, a partir do dever, estabelecido pelo caput do art. 225 CF/88, do Poder Público e da coletividade de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

4. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento em meio ambiente ganha roupagem definitiva com a Lei 6.938/1981, que, em seu art. 9º, inciso IV, lhe conferiu status de instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente:[64]

“Art 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;”

Neste mesmo sentido, vale ressaltar que, ao lado do estabelecimento de padrões de emissão e do zoneamento ecológico, o instrumento mais importante da Política Nacional do Meio Ambiente é a outorga de licenças ambientais[65].

A Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, determina, em seu art. 10, sobre a necessidade do licenciamento ambiental:

“Art. 10 - A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.”

Esta norma foi regulamentada pelo Decreto 99.274/90, repetindo, no caput do seu art. 17, as atividades que dependem, para o seu funcionamento, do prévio licenciamento ambiental do órgão estadual competente integrante do SISNAMA:

“Art. 17. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do Sisnama, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.”

Mais adiante, nos incisos do art. 19 do mesmo decreto, foi estabelecido o processo de licenciamento e os tipos de licenças:

“Art. 19. O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

II - Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e

III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias e de Instalação.”

Várias prefeituras, contudo, já estão elaborando um procedimento próprio de licenciamento, já que boa parte das novas Leis Orgânicas municipais (LOMs) consideram a concessão de licenças ambientais um instrumento básico da sua própria Política Municipal do Meio Ambiente. Deve ser ressaltado, neste ponto, que o sistema do licenciamento ambiental no Brasil sempre tem sido cumulativo, isto é, todas as obras, instalações ou atividades capazes de afetar negativamente a qualidade do meio ambiente podem ser licenciadas, ao mesmo tempo, por órgãos estaduais e municipais, às vezes também por órgãos federais[66].

Tal fato verifica-se diante da interpretação dos artigos 23, VI e VII, 24, VI, VII e VIII, que determinam, respectivamente, as competências comum administrativa e concorrente legislativas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em matéria ambiental, c/c o art. 30, I e II, da CF/88:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;”

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;"

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;"

Esta realidade jurídica parece ser pouco racional, mas constitui a prática em cada vez mais cidades. Isto faz com que, mesmo que o órgão estadual licencie um projeto, a prefeitura pode avaliar os seus impactos e negar a sua licença local, prevalecendo a decisão negativa. Ao mesmo tempo, o fato de que um município licencie uma obra não exclui a atuação dos órgãos ambientais superiores, sendo que as leis ambientais estaduais normalmente permitem um controle de quase todas as atividades ambientalmente relevantes. Destarte, onde um órgão ambiental estadual (por ex.: por razões políticas) exigir licenciar também um empreendimento de mero impacto local, poderá restar esvaziada a competência municipal, visto que o Estado se tornaria uma "instância revisora" dos atos da prefeitura[67].

Desta forma, por enquanto, não convém falar de um sistema nacional na área do licenciamento ambiental. O sistema do triplice licenciamento[68] implica que, em não raras oportunidades, a sobreposição e a contradição de norma gere um clima de insegurança quanto ao licenciamento e de instabilidade jurídica, e que a inexistência de um sistema claramente definido de competências é um dos mais graves problemas da legislação ambiental brasileira.

Diante dessa instabilidade jurídica quanto ao licenciamento, o CONAMA, em sua resolução 237, de 19 de dezembro de 1997, em seu art. 7º, estabeleceu um único nível de competência para os licenciamentos ambientais:

"Art. 7º - Os empreendimentos e atividades serão licenciados em um único nível de competência, conforme estabelecido nos artigos anteriores."

Em face dos problemas descritos, a Resolução 237 do CONAMA, de 1997, tentou estabelecer um sistema racional de subdivisão das atividades de licenciamento ambiental e evitar a superposição, visto que há projetos e atividades que mais do que um órgão ambiental quer licenciar,

enquanto, em outros casos, "ninguém se habilita", por serem política ou financeiramente pouco interessantes.[69]

Embora a intenção do CONAMA possa ter sido louvável, a fim de simplificar e imprimir segurança ao licenciamento, é inconstitucional, segundo a majoritária doutrina, visto que, pela Carta Magna pátria, os três níveis de governo estão habilitados a licenciar empreendimentos com impactos ambientais, cabendo, portanto, a cada um dos entes integrantes do SISNAMA promover a adequação de sua estrutura administrativa com objetivo de cumprir essa função[70].

Se a competência licenciatória dos três níveis de governo dimanar diretamente da Constituição, não pode o legislador ordinário estabelecer limites ou condições para que qualquer um deles exerça sua competência implementadora na matéria. Daí a eiva de inconstitucionalidade da Resolução CONAMA 237/1997, que, a pretexto de estabelecer critérios para o exercício da competência a que se refere o art. 10 da Lei 6.938/1981 e conferir o licenciamento a um único nível de competência, acabou enveredando por seara que não lhe diz respeito, usurpando competência que a Constituição atribui aos entes federados[71].

É de frisar também que, no Brasil, o princípio da subsidiariedade ainda não está sendo respeitado de maneira suficiente, segundo que as entidades estatais superiores somente devem assumir as tarefas que os entes menores não podem cumprir de maneira eficiente. Isto significa que apenas aquelas funções e serviços que o próprio município não consegue exercer sozinho devem ser prestados pelo Estado.[72]

No processo do redimensionamento do licenciamento ambiental entre órgãos estaduais e algumas capitais, alegou-se a necessidade da concordância do governo estadual para que as prefeituras pudessem assumir a tarefa de editar licenças, visto que a Lei 6.938/81 teria delegado essa competência aos Estados. Essas medidas, muitas vezes, são política ou financeiramente interessantes por envolverem a cobrança de taxas ou multas, sendo que os Estados não querem "abrir mão" do licenciamento, "porque é esse aí o grande filé da política ambiental" e que "passam os ossos para os municípios"[73]. Todavia, a União somente podia ter delegado funções da sua própria competência, que deve emanar diretamente da Constituição e não pode ser restrita por lei ordinária. Os já referidos convênios, contudo, podem servir para evitar ações superpostas dos diferentes níveis federativos. Todavia, quando não houver acordo político-administrativo, os dois níveis estatais podem exigir sua própria licença.

Outro problema resultante da possibilidade de diferentes licenciamentos ambientais (cumulativos) é a questão da cobrança de diferentes taxas pelo exercício do poder de polícia (art. 145, II, CF/88). Será que o empreendedor, licenciado pelo Estado e também pelo município, deverá pagar mais do que uma taxa? É vedada a tributação bis in idem, isto é, o poder estatal não pode cobrar mais do que um tributo na base do mesmo “fato gerador” tipificado em lei formal. Uma solução adequada pode ser obtida através da aplicação da subsidiariedade: deve-se verificar se a prefeitura estabeleceu um processo administrativo adequado para efetuar um licenciamento ambiental eficiente; se a resposta for positiva, o particular é obrigado a pagar somente a taxa cobrada pelo município[74].

4.1. Estudo de Impacto Ambiental (EIA)

Um importante instrumento de orientação e fundamentação da decisão administrativa, que licencia um empreendimento, é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), disposto no art. 225, § 1, IV, CF/88, que tem seus resultados resumidos no chamado Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;”

O diploma normativo fundamental sobre o EIA/RIMA continua sendo a Resolução 01/86 do CONAMA, com as alterações introduzidas pela Resolução 237/97 do CONAMA. A listagem do art. 2º da Resolução CONAMA 01/86 limita-se a grandes projetos e atividades públicos e privados:

“Artigo 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento;

II - Ferrovias;

III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;

IV - Aeroportos, conforme definidos pelo inciso 1, artigo 48, do Decreto-Lei nº 32, de 18.11.66;

V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;

VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV;

VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d’água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;

VIII - Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão);

IX - Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;

X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;

XI - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW;

XII - Complexo e unidades industriais e agro-industriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos);

XIII - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI;

XIV - Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;

XV - Projetos urbanísticos, acima de 100ha. ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;

XVI - Qualquer atividade que utilize carvão vegetal, em quantidade superior a dez toneladas por dia.”

Entretanto, os órgãos ambientais de todos os níveis, podem usar as mesmas técnicas e procedimentos para apreciar outros planos e programas de desenvolvimento.

Além do EIA/RIMA, a Resolução CONAMA 237/97, em seu art. 1º, III, introduziu outros tipos de Avaliação de Impacto ambiental, os chamados Estudos Ambientais:

“Art. 1º - Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.”

Critica-se que estas outras formas avaliação não foram definidas no seu conteúdo material nem as hipóteses de sua exigibilidade, o que fez com que muitos empreendedores negam a necessidade de um EIA e “empurram” os mencionados estudos de menor envergadura, para economizar tempo e dinheiro[75].

O proponente do projeto deve contratar profissionais legalmente habilitados para realização do EIA, aos quais cabe levantar os dados técnicos e descrever os detalhes acerca dos potenciais impactos ambientais e, além disso, efetuar uma avaliação e valoração das informações apresentadas, recomendando ou recusando a execução do projeto, o qual deve contemplar, necessariamente, os requisitos do art. 5º da Resolução CONAMA 01/86:

“Artigo 5º - O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade ;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afeta-

da pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Parágrafo Único - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.”

Os órgãos públicos podem baixar diretivas detalhadas acerca do estudo do projeto, o que dificilmente acontece na prática. Os conhecimentos técnicos na área dos EIAs estão concentrados no lado de empresas privadas de consultoria, o que normalmente leva à aprovação dos RIMAs pelos órgãos ambientais, sem maiores questionamentos ou exigências de alteração sobre a sua localização, os processos produtivos, as medidas de saneamento etc. São notórias as deficiências das estruturas organizacionais dos órgãos ambientais para a participação eficaz no processo do EIA (remuneração baixa, descontinuidade).

A introdução do EIA/RIMA no sistema brasileiro significou um grande progresso em direção a uma maior informação e publicidade. São as Administrações estaduais que, na prática, assumiram a tarefa de ditar os estudos e analisar os RIMAs; no entanto, elas não têm recebido o aporte necessário de recursos financeiros e humanos, com raras exceções. Entretanto, não se pode deixar de citar a importante participação popular, embora nem sempre efetiva. A audiência pública serve para que o público interessado tome conhecimento do conteúdo do EIA/RIMA, formulando sugestões e críticas. Ela pode ser marcada de ofício, a requerimento do MP ou por convocação de, no mínimo, 50 cidadãos (Res. 09/87 do CONAMA). Infelizmente, a grande maioria destas audiências pouco tem servido ao seu verdadeiro fim, isto é, possibilitar uma efetiva participação popular na tomada de decisão sobre o empreendimento. Normalmente, há poucas pessoas informadas e preparadas no lado daqueles que não apóiam o projeto por interesse econômico ou político, o que já transformou muitas audiências em meros eventos legitimadores[76].

5. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Os espaços territoriais especialmente protegidos possuem caráter constitucional e estão dispostos no art. 225, § 1º, III, da CF/88, como forma do Poder Público assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Diante disso, a alteração e a supressão dessas áreas somente são permitidas mediante lei, vedando ainda, qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;”

Os espaços territoriais especialmente protegidos abrangem inúmeras categorias de proteção legal e limitações administrativas que não se cingem às conhecidas unidades de conservação. Neste sentido, comenta José Afonso da Silva[77]:

“Nem todo espaço territorial especialmente protegido se confunde com unidade de conservação, mas estas são também espaços especialmente protegidos. Não é fácil, porém, diante da legislação em vigor, dizer quando um espaço territorial especialmente protegido deve ser considerado unidade de conservação. O máximo que se pode dizer é que um espaço territorial se converte numa unidade de conservação, quando assim declarado expressamente, para lhe atribuir um regime jurídico mais restritivo e mais determinado.”

Podemos destacar entre as diversas categorias de áreas especialmente protegidas, as unidades de conservação, as áreas de preservação permanente e de reserva legal, terras indígenas, terreno de marinha e acrescidos, terrenos marginais, áreas tombadas, jardins botânicos, áreas de patrimônio nacional[78]. Cabe assinalar que o rol de espaços territoriais especialmente protegidos acima identificado é apenas exemplificativo, podendo ser incluída nessa categoria, as cavernas, os sítios arqueológicos, entre outros.

5.1. Unidades de Conservação (UC)

A destinação de porções territoriais para a preservação de valores, sejam religiosos ou culturais, é uma prática humana bem antiga, espalhada por todos continentes. Atualmente esses espaços territoriais protegidos, estão presentes na legislação de praticamente todos os países, voltados agora, sobretudo, para a preservação da biodiversidade, espécies, ecossistemas, bancos genéticos ou monumentos naturais de rara beleza[79].

O marco na preservação de áreas naturais é a criação do “Yellowstone National Park”, nos Estados Unidos da América, seguido pelo Canadá em 1885, Nova Zelândia em 1894, África do Sul e Austrália em 1898, México em 1898, Argentina em 1903, Chile em 1926, Equador em 1934 e, finalmente o Brasil em 1937, com a criação do primeiro Parque Nacional, no Estado do Rio de Janeiro, em Itatiaia, com base em dispositivos do Código Florestal de 1934, então em vigor.

Em 1965, com o advento do novo Código Florestal, novos critérios foram estabelecidos para a definição de áreas protegidas, complementados pela Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e normativas editadas posteriormente pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente. Contudo, somente com a edição da Lei nº. 9.985/2000, aprovada após inúmeras audiências públicas, foi estruturado o Sistema Nacional de Unidade de Conservação-SNUC, com a definição de normas relativas à criação, implantação e gestão dessas áreas especialmente protegidas[80].

As unidades de conservação são definidas no art. 2º, I, da Lei nº. 9.985/2000, conhecida como Lei do SNUC:

“Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;”

As unidades de conservação constituem espaços territoriais especialmente protegidos com um regime especial de fruição e modificabilidade, fundamentado no art. 225, § 1º, inciso III da CF/88:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;”

Destarte, o Poder Público deve definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo que sua utilização é condicionada à manutenção dos atributos que justificaram sua proteção. A alteração e supressão dessas áreas somente pode se efetivar através de lei, ou seja, esses espaços territoriais gozam de um regime singular de alterabilidade, uma vez que o Poder Público pode criá-los através de decreto, mas dependerá de lei em sentido formal para suprimir sua proteção, seja integral ou mesmo parcialmente.

Observe que o sentido da norma constitucional é assegurar certa rigidez ao regime especial de alterabilidade, propiciando deste modo, maior perenidade aos ecossistemas especialmente protegidos.[81]

Contudo, nos casos em que as intervenções necessárias sejam compatíveis com a categoria da área protegida não será necessária autorização legal específica, bastando para tanto o licenciamento ambiental e eventualmente o estudo de impacto ambiental se constatado o risco de impacto ambiental significativo (art. 225, § 1º, inciso, IV, da Constituição Federal); o que significa dizer que somente poderão ser autorizados os usos que não comprometam a integridade dos atributos da área protegida, como disposto no art. 225, § 1º, IV da CF/88:[82]

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;”

Existem, portanto, algumas peculiaridades inerentes ao regime jurídico das unidades de conservação. Assim, os pressupostos necessários à configuração jurídico-ecológica de uma unidade de conservação são: relevância natural, oficialismo, delimitação territorial, objetivo conservacionista e regime especial de proteção e administração[83].

Além do especial regime alterabilidade e de fruição, a estrutura jurídica que dá suporte às unidades de conservação apresenta os seguintes elementos comuns: individualização, normatividade, afetação, relevância natural e a declaração formal.[84]

Tais pressupostos decorrem da lei, ou seja, a configuração de uma área objeto de especial proteção está condicionada ao atendimento a critérios objetivos. Assim por exemplo, a relevância natural deve existir, embora essa não se confunda com a existência de atributos excepcionais; ou seja, uma área pode ser considerada relevante apenas em função de sua localização e simplesmente porque é representativa de uma fitofisionomia vegetal que está desaparecendo em determinada região. O oficialismo relaciona-se à exigência de ato declaratório para criação de uma unidade de conservação, via de regra consubstanciada em um decreto governamental, editado com objetivo conservacionista, onde os limites da área protegida estejam previamente definidos, tudo isso respaldado em estudos técnicos. Quanto ao regime especial de proteção e administração, cumpre salientar que as unidades de conservação, pelas razões acima expostas e pelos requisitos especiais exigidos para sua criação, estão protegidas no ordenamento nacional inclusive com a previsão de tipos penais visando coibir danos diretos e indiretos sobre essas áreas. No que tange a administração também a lei define mecanismos para a gestão compartilhada e participativa em algumas das categorias de unidades de conservação, com reflexos inclusive na dominialidade dos espaços protegidos[85].

As unidades de conservação dividem-se em dois grupos de unidades, as de proteção integral e as de uso sustentável, sendo a primeira com o objetivo precípuo de preservação, e a segunda com a finalidade de compatibilizar conservação com o uso sustentável, conforme art. 7º da Lei do SNUC:

“Art. 7o As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1o O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2o O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.”

As **unidades de proteção integral** são divididas em 5 (cinco) categorias, como disposto no art. 8º da Lei do SNUC:

“Art. 8o O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Nacional;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre.”

Vejam agora as peculiaridades de cada uma dessas categorias, iniciando pelas unidades de **conservação de proteção integral**[86]:

“A **Estação Ecológica** é disposta no art. 9º da Lei do SNUC e constitui uma categoria de uso extremamente restrito, vocacionado para a realização de pesquisas científicas, nelas sendo proibida inclusive a visitação pública, exceto com objetivo educacional, e ainda de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico. Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações do ecossistema quando exigidas para restauração, manejo de espécie e pesquisas científicas.

A **Reserva Biológica** tem sua definição no art. 10 da Lei do SNUC e possui como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, executando-se as medi-

das de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Assemelham-se às Estações ecológicas quanto à visitação e pesquisa científica.

O **Parque Nacional** tem sua definição no art. 11 da Lei do SNUC e possui como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Assemelham-se também às Estações ecológicas quanto à visitação e pesquisa científica;

O **Monumento Natural** é disposto no art. 12 da Lei do SNUC e objetiva preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Podem ser constituídos por áreas particulares desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. A visitação está sujeita às normas e restrições.

O **Refúgio de Vida Silvestre** tem sua definição no art. 13 da Lei do SNUC e visa proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Assemelha-se aos Monumentos Naturais, quanto à dominialidade e visitação. As pesquisas científicas deverão ser previamente autorizadas.”

As **unidades de uso sustentável** são divididas em 7 (sete) categorias, como disposto no art. 14º da Lei do SNUC:

“Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico;

III - Floresta Nacional;

IV - Reserva Extrativista;

V - Reserva de Fauna;

VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.”

Vejam agora as características das **unidades de conservação de uso sustentável**[87]:

“A **Área de Proteção Ambiental (APA)** é disposta no art. 15 da Lei do SNUC, sendo uma área, em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA.

A **Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)** tem sua definição no art. 16 da Lei do SNUC, é uma área em geral de pequena extensão, com pouco ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

A **Floresta Nacional (FLONA)** tem sua definição no art. 17 da Lei do SNUC, é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável dos recursos florestais. Nessas áreas admite-se a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação.

A **Reserva Extrativista (RESEX)** tem sua definição no art. 18 da Lei do SNUC, é uma área de domínio público, com uso concedido as populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Na RESEX são proibidas a exploração de recursos minerais e a

caça amadorística ou profissional e a exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades extrativistas

A **Reserva de Fauna** tem sua definição no art. 19 da Lei do SNUC, é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestre ou aquáticas, residentes ou migratórias adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos, sendo por isso proibido o exercício da caça amadorística ou profissional nessas áreas.

A **Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)** tem sua definição no art. 20 da Lei do SNUC, é uma área natural que abriga populações tradicionais cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Tem como objetivo preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

A **Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)** tem sua definição no art. 21 da Lei do SNUC, é uma área privada, gravada com perpetuidade, mediante a anuência do IBAMA, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.”

Vale ressaltar que inúmeras categorias de áreas protegidas são constituídas em terras particulares e por isso devem ser desapropriadas, enquanto que outras podem coexistir com a propriedade privada. Desta forma, deve-se ter em mente que as UCs do tipo Estação Ecológica, Reserva Biológica, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, possuem posse e domínio público, enquanto Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, e Área de Relevante Interesse Ecológico, podem estar tanto em terras privadas quanto públicas. Além disso, deve-se frisar que enquanto a Reserva Extrativista possui domínio público, a Reserva Particular de Patrimônio Natural tem domínio privado[88].

É importante frisar, ainda, que com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, no ano de 1972, que marcou o início de uma preocupação dos países com os problemas ambientais globais, inúmeras Convenções foram firmadas objetivando proteger sobretudo a biodiversidade, dentre as quais destacamos[89]:

“A **Convenção sobre Zonas Úmidas (Ramsar - Irã, 1971)** trata-se de uma Convenção relativa a zonas úmidas de importância internacional, particularmente como habitat das aves aquáticas aprovada em Ramsar (Irã - 1971), tendo, posteriormente sido aditado um Protocolo de Emenda, adotado em Paris, em 1982. Os mesmos foram aprovados pelo Congresso Nacional, para fins de adesão, com o Decreto Legislativo nº 33 de 16/06/1992. O Brasil ratificou essa Convenção em 24 de Setembro de 1993 e é considerado o 4º país do mundo em superfície na Lista Ramsar, com oito Zonas Úmidas consideradas Sítios de Importância Internacional (Sítios Ramsar) com área de 6.456.896 ha.

A **Reserva da Biosfera** trata-se de um modelo, adotado internacionalmente (UNESCO), de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, contemplada no art. 41 da Lei nº 9.985/2000, criadas com o objetivo de promover a preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Podem ser constituídas por áreas de domínio público ou privado, compreendendo: a) uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza; b) uma ou várias zonas de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e c) uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.

No Brasil são reconhecidas como Reserva da Biosfera: a) Mata Atlântica (1992), b) Cerrado do DF (1993), c) Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (1993) e d) Pantanal (2000), sendo essa última considerada a terceira maior reserva do Mundo.”

5.2. Área de Proteção Permanente (APP)

As áreas de preservação permanente (APPs), também denominadas de matas ciliares ou de galerias, são espaços territoriais especialmente protegidas, definidas no § 2º, inciso II, do art. 1º, do Código Florestal:

“Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

§ 2o Para os efeitos deste Código, entende-se por:

II - área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2o e 3o desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;”

As APPs são constituídas de três formas: por força de lei, por ato declaratório do Poder Público e por equiparação.

As **APPs constituídas por força de lei** estão definidas no art. 2º do Código Florestal e no art. 3º da Resolução 303/02 do CONAMA:

“Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d’água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d’água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d’água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d’água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

- b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
- c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
- d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;
- f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
- h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo."

"Art. 3º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:

I - em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima, de:

- a) trinta metros, para o curso d'água com menos de dez metros de largura;
- b) cinquenta metros, para o curso d'água com dez a cinquenta metros de largura;
- c) cem metros, para o curso d'água com cinquenta a duzentos metros de largura;
- d) duzentos metros, para o curso d'água com duzentos a seiscentos metros de largura;
- e) quinhentos metros, para o curso d'água com mais de seiscentos metros de largura;

II - ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de cinquenta metros de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte;

III - ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de:

- a) trinta metros, para os que estejam situados em áreas urbanas consolidadas;
- b) cem metros, para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros;

IV - em vereda e em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado;

V - no topo de morros e montanhas, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação a base;

VI - nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a curva de nível para cada segmento da linha de cumeada equivalente a mil metros;

VII - em encosta ou parte desta, com declividade superior a cem por cento ou quarenta e cinco graus na linha de maior declive;

VIII - nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a cem metros em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa;

IX - nas restingas:

- a) em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima;
- b) em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues;

X - em manguezal, em toda a sua extensão;

XI - em duna;

XII - em altitude superior a mil e oitocentos metros, ou, em Estados que não tenham tais elevações, à critério do órgão ambiental competente;

XIII - nos locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias;

XIV - nos locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçadas de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal;

XV - nas praias, em locais de nidificação e reprodução da fauna silvestre.”

As **APPs por ato declaratório do Poder Público** estão previstas e definidas no art. 3º do Código Florestal:

“Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público.”

As **APPs por equiparação** estão previstas no § 2º, do art. 3º, do Código Florestal:

“Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

§ 2º As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra g) pelo só efeito desta Lei.”

É importante ressaltar que como a Terra Indígena é equiparada a APP, a exploração de seus recursos florestais só pode ser feita pela comunidade indígena em regime de manejo florestal sustentável, para atender sua subsistência, conforme art. 3º-A do Código Florestal, acrescido pela MP nº 2.166/01-67, com prazo de validade estendido pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 32/2001.

As APPs encontram-se submetidas a um regime jurídico de interesse público com imposição de preservação integral e permanente da flora, vedada sua supressão, tanto em áreas públicas quanto privadas. Trata-se de proteção que independe da titulariedade do domínio e decorre de limitação administrativa com previsão de sanções severas no caso de descumprimento, tanto administrativas quanto penais, estando excepcionalizados na lei os casos que podem justificar a supressão da APP (obras de utilidade pública e interesse social)[90].

Esta supressão da APP para obra de utilidade pública está prevista no § 1º, do art. 3º, do Código Florestal:

“Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

§ 1º A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.”

Sendo definida no dispositivo subsequente, o artigo 4º do Código Florestal, com redação dada pela MP nº 2.166/01-67, com prazo de validade estendido pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 32/2001:

“Art. 4º A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

§ 1o A supressão de que trata o caput deste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, ressalvado o disposto no § 2o deste artigo.

§ 2o A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.

§ 3o O órgão ambiental competente poderá autorizar a supressão eventual e de baixo impacto ambiental, assim definido em regulamento, da vegeta-

ção em área de preservação permanente.

§ 4o O órgão ambiental competente indicará, previamente à emissão da autorização para a supressão de vegetação em área de preservação permanente, as medidas mitigadoras e compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor.

§ 5o A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, ou de dunas e mangues, de que tratam, respectivamente, as alíneas “c” e “f” do art. 2o deste Código, somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.

§ 6o Na implantação de reservatório artificial é obrigatória a desapropriação ou aquisição, pelo empreendedor, das áreas de preservação permanente criadas no seu entorno, cujos parâmetros e regime de uso serão definidos por resolução do CONAMA.

§ 7o É permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de preservação permanente, para obtenção de água, desde que não exija a supressão e não comprometa a regeneração e a manutenção a longo prazo da vegetação nativa.”

Muitos doutrinadores entendem, com fulcro no inciso III, do art. 225, da CF/88, que, tratando-se de espaços territoriais especialmente protegidos, a supressão da APP somente poderia se efetivar através de lei:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;”

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) apreciou essa matéria em ação Direta de Inconstitucionalidade, através da ADIN-MC 3540/DF[91] decidindo:

“A Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/2001, na parte em que introduziu significativas alterações no art. 4o do Código Florestal, longe de comprometer os valores constitucionais consagrados no art. 225 da Lei Fundamental, estabeleceu, ao contrário, mecanismos que permitem um real controle, pelo Estado, das atividades desenvolvidas no âmbito das áreas de preservação permanente, em ordem a impedir ações predatórias e lesivas

ao patrimônio ambiental, cuja situação de maior vulnerabilidade reclama proteção mais intensa, agora propiciada, de modo adequado e compatível com o texto constitucional, pelo diploma normativo em questão. - Somente a alteração e a supressão do regime jurídico pertinente aos espaços territoriais especialmente protegidos qualificam-se, por efeito da cláusula inscrita no art. 225, § 1º, III, da Constituição, como matérias sujeitas ao princípio da reserva legal. - É lícito ao Poder Público - qualquer que seja a dimensão institucional em que se posicione na estrutura federativa (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) - autorizar, licenciar ou permitir a execução de obras e/ou a realização de serviços no âmbito dos espaços territoriais especialmente protegidos, desde que, além de observadas as restrições, limitações e exigências abstratamente estabelecidas em lei, não resulte comprometida a integridade dos atributos que justificaram, quanto a tais territórios, a instituição de regime jurídico de proteção especial (CF, art. 225, § 1º, III)”.

Os que compartilham da posição externada pela Suprema Corte ponderam que se considerássemos a mata ciliar como intocável, restaria inviabilizada a construção de pontes e rodovias, pois nos rios de grande porte, teríamos uma faixa marginal, em ambas as margens, com 200 ou 600 metros de largura, que não poderia ser suprimida. Certamente que as APPs devem ser rigorosamente protegidas, mas sua supressão é muitas vezes necessária para a execução de obras que atendem ao interesse público[92].

5.3. Reserva Florestal Legal

A Reserva Florestal Legal, ou, simplesmente, Reserva Legal substancia-se em espaço territorial especialmente protegido, definida no § 2º, inciso III, do art. 1º, do Código Florestal:

“Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

§ 2o Para os efeitos deste Código, entende-se por:

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;”

A Reserva Legal é uma figura jurídica criada pelo Código Florestal. Trata-se de uma parcela da propriedade rural onde não é permitido o corte raso. Há um bom motivo para que ela exista: o objetivo é assegurar mostras significativas de ecossistemas, conservando a biodiversidade e servindo de abrigo e proteção à fauna e à flora[93].

De acordo com a Medida Provisória em vigor (MP nº 2.166-67/2001), no artigo 16 do Código Florestal passam a vigorar, em função da região geográfica do país, diferentes percentuais da propriedade, que deverão ser preservados com florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, a título de Reserva Legal. Em propriedades rurais situadas na Amazônia Legal é imperativo manter 80% (oitenta por cento) e 35% (trinta e cinco por cento) respectivamente de Reserva Legal em áreas de floresta e de cerrado, nas demais situações a obrigatoriedade é de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 16 do Código Florestal[94]:

“Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo

I - oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal;

II - trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do § 7o deste artigo

III - vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País; e

IV - vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País.”

Tal medida parece ter sido editada para acentuar a vocação florestal da Amazônia. Entretanto, a falta de participação das comunidades diretamente afetadas na elaboração desta medida, a longa tradição de investimentos na agropecuária na região, o desprezo às realidades e vocações regionais e a falta de uma política que incentive tal vocação, tais como crédito e atividades de extensão, fazem com que sua eficiência seja mínima[95].

Destarte, no final do século passado e início deste, os ruralistas passaram a acusar a Reserva Legal de ser uma desapropriação indireta e se julgavam merecedores de indenização. Esta corrente de pensamento entende que a Reserva Legal não é uma limitação, mas sim uma restrição da propriedade, uma vez que inviabiliza a utilização econômica do bem, e que, portanto, pelas normas do Direito Administrativo, cabe recomposição patrimonial[96].

A fim de melhor esclarecer a matéria, convém que se definam alguns conceitos, como as limitações e restrições administrativas. A limitação administrativa é toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social[97]. As limitações são implementadas de forma imperativa, obrigando o administrador a fazer ou não fazer, mas sem retirar a utilização econômica do bem. Se isso ocorrer, necessária a recomposição patrimonial, pois estaríamos frente ao instituto do Direito Administrativo que se reconhece como restrição[98].

Portanto, o que diferencia, basicamente, a limitação da restrição é que a primeira é gratuita e não afeta a utilização econômica do bem e a segunda, por retirar a utilização econômica do bem, gera a necessidade de recomposição patrimonial. Neste sentido, aqueles que defendem a Reserva Legal como uma forma de atender a função social, a entendem como uma limitação da propriedade, logo gratuita. É esta a interpretação que ainda domina na jurisprudência brasileira. Na verdade a Reserva Legal configura uma forma de limitação ao uso do direito de propriedade, e não uma restrição administrativa. Isto porque, o que as diferenciam é que a limitação não inviabiliza economicamente o bem, sendo, portanto gratuita, enquanto a restrição retira a função econômica do bem, sendo, portanto passível de recomposição patrimonial. Assim, ao analisar os § 2º e § 3º do art. 16 do Código Florestal, alterado pela MP 2166, constata-se que a função econômica não é retirada, já que a legislação permite a exploração da Reserva Legal através de manejo florestal sustentável. Isto é, permite a utilização dos recursos madeiráveis e não madeiráveis da floresta sob

o regime de manejo. Ora, a atividade florestal é a vocação econômica da região amazônica, com grande rentabilidade e mercado nacional e internacional, tendo, inclusive, uma agregação de valor nos produtos oriundos de manejo florestal e certificados. Sem dizer que, no caso da pequena propriedade ou posse rural familiar, é permitido, em algumas situações, que se computem com reserva legal os Sistemas Agro-Florestais (SAF's). Portanto, o que não é permitido é o corte raso da Reserva Legal, não sendo, portanto, possível a criação de gado e plantações tradicionais, daí o nome: limitação. Mas jamais seria correto afirmar que a Reserva Legal não possui função econômica, uma vez que a madeira, a fauna silvestre e outros recursos da floresta, ou mesmo os SAF's, podem ser manejados, aferindo lucro aos seus proprietários[99].

Uma vez entendido que a Reserva Legal é uma limitação da propriedade em decorrência da função social desta, fica claro que ela seja gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social. Assim não há sentido falar em desapropriação indireta, recomposição patrimonial e indenização.

5.4. Terras indígenas

As terras indígenas possuem um regime jurídico próprio, estabelecido pela Constituição Federal, a qual reconhece a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, bem como seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, estando a União obrigada a demarcá-las e protegê-las. Assim, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União, de acordo com a Constituição Federal (Art. 20, XI) que assegura a estes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Diante disso, são bens inalienáveis e indisponíveis, exigindo-se autorização do Congresso para o aproveitamento dos recursos hídricos e minerais localizados nessas áreas. O Código Florestal equipara as florestas existentes em terras indígenas às áreas de preservação permanente[100].

“Art. 20. São bens da União:

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.”

Neste sentido é importante ter-se em vista que as áreas indígenas ocupam significativa porção do território nacional, sobretudo da Amazônia legal brasileira, onde há 405 terras indígenas (TI) reconhecidas pelo Estado, somando 103.483.167 hectares, representando 20,67% do território amazônico e 98,61% da extensão de todas as TIs do país. O restante, 1,39%, espalha-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Estado do Mato grosso do Sul. No total, no país são 626 áreas, ocupando uma extensão total de 106.417.755 hectares (1.049.398 km²). Assim, 12,33% das terras do país são reservadas aos povos indígenas.[101]

Destarte, as TI correspondem a 12% do território nacional e a 21% da Amazônia legal e tem o dobro de extensão das unidades de conservação federais e, portanto, não podem ficar de fora das políticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Em muitos casos, projetos e atividades de conservação ambiental são do interesse dos próprios povos indígenas, que são fortemente pressionados a se envolver em atividades predatória e ilegais de recursos naturais em seus territórios, com a exploração madeireira e o garimpo. Muitas vezes se vêem sem alternativas econômicas e tais atividades, e acabam sendo cooptados por interesses claramente contrários à conservação ambiental. Diante disso, os atos de marcação e reconhecimento oficial dos territórios indígenas se destinam a proteger o espaço coletivo habitado pelos povos indígenas e a assegurar-lhe o exercício de direitos originários sobre eles. Tem, portanto natureza declaratória, uma vez que tais atos se limitam a reconhecer direitos preexistentes, por serem originários e anteriores à criação do Estado[102].

5.5. Terrenos de marinha e acrescidos

Também são bens da União, conforme art. 20, VII, da CF/88:

“Art. 20. São bens da União

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;”

Diante disso, são insuscetíveis de usucapião, abrangendo os terrenos localizados nas margens dos rios e lagos situados na costa marítima e ilhas onde se faça sentir a influência das marés. A proteção legal atinge uma faixa marginal de 33 metros medidos horizontalmente desde a linha do preamar médio do ano de 1831 (Decreto-Lei nº 9.760/46). Os terrenos acrescidos são aqueles que por aluvião se acresceram à faixa marginal existente quando da criação dessa categoria de área protegida[103].

5.6. Terrenos marginais ou reservados

Também são bens da União, conforme art. 20, III, da CF/88:

“Art. 20. São bens da União:

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;”

Não se confundem com os terrenos de marinha, embora a supervisão dessas áreas esteja também conferida à Marinha. Os terrenos marginais são aqueles banhados por correntes navegáveis que estejam fora do alcance das marés e abrangem uma faixa de terras marginais de 15 metros medidos em direção à terra, tendo como marco inicial para medição a linha média das enchentes ordinárias. Esses bens não são usucapíveis, conforme Súmula 479 do STF[104]:

“Súmula 479 - AS MARGENS DOS RIOS NAVEGÁVEIS SÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, INSUSCETÍVEIS DE EXPROPRIAÇÃO E, POR ISSO MESMO, EXCLUÍDAS DE INDENIZAÇÃO.”

5.7. Áreas tombadas

Também são bens da União, conforme art. 216, § 1º, da CF/88:

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”

Citando o Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto, o tombamento constitui intervenção ordinatória e concreta do Estado na propriedade privada, limitativa de exercício de direitos de utilização e disposição, gratuita, permanente e indelegável, destinada à preservação, sob regime especial, de bens de valor cultural, histórico, arqueológico, artístico, turístico ou paisagístico[105].

5.8. Jardins botânicos

São áreas também protegidas, criadas por ato do Poder Público, destinadas à conservação de espécies em seu habitat natural (in situ) e principalmente a manutenção de amostra de componente do patrimônio genético fora de seu habitat natural, em coleções vivas ou mortas (ex situ) [106].

5.9. Áreas de Patrimônio Nacional

Abrangem a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, estando previstas no § 4º, do art. 225, da CF/88:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”

Com esse reconhecimento a Constituição busca estabelecer um regime jurídico diferenciado para esses biomas visando condicionar a utilização dos recursos naturais nessas áreas especiais.

6. DIREITO AMBIENTAL DE TERCEIRA GERAÇÃO

O direito ambiental é um direito fundamental de terceira geração, sua gênese vem da recepção dos valores de ordem ambiental pelo ordenamento jurídico brasileiro, que no Caput do art. 225 da CF/88, funda os alicerces constitucionais do direito ambiental pátrio. Sendo de terceira geração, o direito ambiental é um direito ultra-nacional, que transcende o Estado, configurando-se em um direito de natureza difusa. Esta concepção ambiental exige do Estado e da coletividade uma posição positiva, de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações[107].

O reconhecimento definitivo do direito ao meio ambiente como direito fundamental da terceira geração já foi feito pelos ordenamentos jurídicos de vários Estados. Neste sentido, importa observar que, no sistema constitucional brasileiro, o art. 225, caput, da Constituição Federal impõe o entendimento de que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um dos direitos fundamentais. Daí por que o meio ambiente é considerado um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.[108]

Assim, os direitos da terceira geração são dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade e tendem a cristalizar-se enquanto direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado. Tem primeiro por destinatário o gênero humano, mesmo num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade correta. [109]

Comparando os direitos de primeira, segunda e terceira geração, pode-se dizer que, ao contrário dos direitos da primeira geração (direitos individuais), considerados como garantias do indivíduo diante do poder do Estado, e dos direitos da segunda geração (direitos sociais), caracterizados por prestações que o Estado deve ao indivíduo, o direito ao meio ambiente, como integrante dos direitos fundamentais da terceira geração (direitos difusos) consiste num direito-dever, no sentido de que a pessoa, ao mesmo tempo em que o titulariza, deve preservá-lo e defendê-lo como tal, em níveis procedimental e judicial, através da figura do interesse difuso ... ao se vincular o direito ao meio ambiente à dignidade da pessoa humana, mediante a consagração de um direito fundamental da terceira geração, reconhece-se devidamente a dimensão ético-jurídica das questões ambientais. Ao mesmo tempo, afasta-se a visão ambiental “totalitá-

ria”, voltada para a proteção maximalista do meio ambiente em detrimento de outros direitos fundamentais. [110]

A Lei 8.078/90, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 81, parágrafo único, I conceitua juridicamente os direitos difusos:

“Art. 81 - A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único - A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;”

Assim, os direitos difusos são transindividuais, de natureza indivisível e seus titulares são indeterminados e ligados por circunstâncias de fato, isto é, transcendem o indivíduo, ultrapassando o limite da esfera de direitos e obrigações de cunho individual; não há como cindi-los, pois tratam de objeto que, ao mesmo tempo, a todos pertence, mas ninguém em específico possui, como, por exemplo, o ar atmosférico; e possuem titularidade indeterminada, onde os titulares estão ligados, não por uma relação jurídica, mas por circunstância fática, como por exemplo, a necessidades que todos os seres vivos possuem de respirar o oxigênio presente no ar atmosférico[111].

7. INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Neste capítulo serão abordados alguns instrumentos jurídicos, que possuem ampla carga democrática, que são instrumentos não apenas jurídicos, mas também de exercício da cidadania. Entretanto, não se tem o objetivo de esgotar, nem chegar perto disso, a matéria de tutela jurisdicional do meio ambiente, visto que, não serão tratados assuntos importantes como a fase pré-processual, o inquérito policial, os termos circunstanciados entre outros. O objetivo precípua deste item é apenas mostrar os instrumentos jurídicos de tutela do meio ambiente, a fim de instigar, principalmente os profissionais que não possuem formação jurídica, a conhecerem estas ferramentas e, quiçá, manejá-las em prol do meio ambiente.

7.1. A ação civil pública ambiental de conhecimento

Ação civil pública está prevista no art. 129, III da CF/88, bem como no art. 91 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), com a denominação ação civil coletiva. É um instrumento processual de tutela dos interesses transindividuais, dirigida ao Estado, representado pelo Poder Público, visando o estabelecimento ou re-estabelecimento da ordem pública. Desta forma, ela não pode ser exercida contra o adversário isoladamente, mas deve ser contra este e o Estado ou contra a pessoa física do juiz.

Este efetivo instrumento de tutela do meio ambiente teve sua primeira aparição na Lei Federal nº 6.938/81, conhecida como Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, que em seu artigo 14, § 1º:

“Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.”

Não há dúvida de que esta previsão foi embrião para a ação civil pública tal como hoje a conhecemos, e que nasceu com a edição da Lei Federal nº 7.347/85, tendo como objeto não apenas a tutela do meio ambiente, mas de todo e qualquer interesse ou direito difuso ou coletivo, conforme seu art. 1º:

“Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

I - ao meio-ambiente;

II - ao consumidor;

IV – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

V - por infração da ordem econômica e da economia popular;

VI - f ordem urbanística.”

O reconhecimento pela sociedade da importância da Ação Civil Pública a elevou ao status constitucional, ao ser incluída como função institucional do Ministério Público no art. 129, III, CF/88, que, vale ressaltar, não limitou sua legitimação ao Ministério Público, visto que, o § 1º, do mesmo art. 129, dispõe que a lei infraconstitucional poderá conferir legitimidade a terceiros, o que ocorreu e será visto no item seguinte :

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

§ 1º - A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.”

7.1.1 Legitimidade

Aquela primeira ação para tutela do meio ambiente, que era prevista na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, tinha como único legitimado o Ministério Público, situação que não era a mais adequada, pois quando falamos de defesa de interesses tão especiais à sociedade, o melhor é que não haja a concentração da legitimidade para a propositura da ação nas mãos de apenas um órgão, posto que na omissão deste, a coletividade poderá estar desprotegida. E, atento a este aspecto, o legislador previu, no art. 5º da Lei de Ação Civil Pública, uma legitimidade concorrente entre diversos órgãos, de natureza pública e privada, ampliando, assim, o espectro de atuação na defesa dos interesses difusos e coletivos[112]:

“Art. 5o Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

I - o Ministério Público;

II - a Defensoria Pública;

III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

V - a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

§ 4.º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.”

Importante destacar neste rol de legitimados as associações civis, em clara intenção do legislador em incentivar a participação da sociedade civil organizada na defesa de seus próprios interesses e direitos, exercendo a cidadania, de quem são os verdadeiros titulares. Entretanto, o legislador impôs alguns requisitos para o exercício desta legitimidade, e que estão contidos nas alíneas “a” e “b”, do inciso V, artigo 5º, da Lei de Ação Civil Pública, mas, que poderão ser dispensados pelo juiz quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.[113]

7.1.2 Objeto

O art. 3º, da Lei de Ação Civil Pública, dispôs sobre o objeto desta:

“Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.”

Este artigo gerou, na época de sua edição, certa polêmica em relação à possibilidade de cumulação dos pedidos de obrigação de fazer e não fazer com o pedido de indenização em dinheiro. Referida discussão teve seu término com a edição do Código de Defesa do Consumidor, que fez inserir o artigo 21º à Lei de Ação Civil Pública, dispondo que “aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que forem cabíveis, os dispositivos do Título III da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor”. E, a referida parte integrante do Código Consumerista prevê que “para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este Código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela”. Assim, qualquer pedido ou espécie de ação é possível ser intentada para a defesa do meio ambiente. Ações de conhecimento (condenatória, constitutiva ou meramente declaratória), cautelares (já havia previsão no art. 4º, da Lei nº 7.347/85), de execução, mandamental, etc., poderão ser ajuizadas, desde que necessárias à eficaz tutela do meio ambiente[114].

7.1.3 Competência

O artigo 2º da Lei nº 7.347/85 inovou ao dispor sobre a competência funcional, de caráter absoluto, sendo que a incompetência de outro juízo que não o do local do dano, pode ser argüida a qualquer tempo, pelas partes, ou ex officio:

“Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.”

Não raro, em razão das características dos danos ambientais, poderá ocorrer que aquele se alastre, ou esteja a ameaçar mais de um território, quando então, a competência será estabelecida por meio dos critérios de prevenção.

7.1.4. A prova

Na esfera judicial, e, portanto, na ação civil pública, a tutela do meio ambiente depende do sucesso na obtenção do provimento jurisdicional pretendido, o que depende da produção de provas em juízo a possibilidade, mas também é importante frisar a importância que terá a prova produzida administrativamente pelos órgãos públicos co-legitimados, pois, nem sempre será possível repetir a prova em juízo. Não obstante haja certa resistência por parte de alguns tribunais em aceitar certas provas não produzidas em juízo, notadamente as periciais, já existe forte corrente doutrinária e jurisprudencial que admite que, quando aquela tenha sido elaborada por órgão público com notório conhecimento na matéria, poderá ela ser admitida, ainda que não tenha havido a participação da parte contrária nos atos de verificação dos fatos analisados[115].

Outro relevante instrumento, porém pouco utilizado, é o de inspeção judicial, que se sustenta no art. 440 do Código de Processo Civil (CPC):

“Art. 440. O juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato, que interesse à decisão da causa.”

Em matéria ambiental isto pode ser fundamental, tanto é, que na Lei da Ação Civil Pública, a regra de competência contida no seu artigo 2º, se deu justamente em face da necessidade do juiz poder estar mais perto do local onde ocorreu o dano, ou estão ocorrendo os riscos de danos, podendo facilitar seu contato pessoal com aqueles, sentir o que a coletividade pensa sobre o caso, enfim, poder avaliar de forma mais adequada a decisão que irá, ao final, tomar no processo.

Quanto a prova pericial, deve o magistrado nomear peritos com capacitação técnica adequada para a correta verificação dos fatos. Embora tal observação pareça óbvia, tem sua importância, visto que, na prática, ocorrem nomeações que não atendem ao interesse difuso de salvaguardar o meio ambiente. Assim, embora a matéria ambiental seja multidisciplinar, a nomeação do profissional como perito deve seguir, primeiramente, a habilitação que a lei federal, da respectiva profissão, determina, além, é claro, dos conhecimentos, experiência e habilidades pessoais do perito a ser nomeado.

7.1.5. Coisa julgada

Coisa julgada, literalmente e obviamente, significa que a coisa julgada, sentenciada, sendo que a sentença se tornou irretratável, por não haver contra ela mais qualquer recurso. Isto é, firmou o direito de um dos litigantes para não admitir sobre a dissidência anterior qualquer outra oposição por parte do vencido, ou de outrem que se sub-rogue em suas pretensões.

A coisa julgada é um instituto decorrente de decisões judiciais transitadas em julgado, das quais não existem mais recursos, e está tutelada pela Carta Magna, em seu artigo 5º, inciso XXXVI:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;”

A formação da coisa julgada se dá depois de ultrapassada a fase recursal, quer porque não se recorreu, quer porque o recurso não foi conhecido por intempestividade, quer porque foram esgotados todos os meios recursais, a sentença transita em julgado. Isto se dá a partir do momento em que a sentença não é mais impugnável.[116]

A coisa julgada pode ser formal ou material. A coisa julgada formal é a imutabilidade da decisão dentro do mesmo processo por falta de meios de impugnação possíveis, recursos ordinários ou extraordinários, previstos na lei processual, ou porque foram todos utilizados e decididos, ou porque decorreu o prazo de sua interposição. O fundamento da coisa julgada material é a necessidade de estabilidade nas relações jurídicas. A coisa julgada material é a imutabilidade do dispositivo da sentença e seus efeitos, torna impossível a rediscussão da lide, reputando-se repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor ao acolhimento ou rejeição do pedido, conforme art. 467 do Código de Processo Civil:

“Art. 467. Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.”

Entretanto, a Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), seguida do Código de Defesa do Consumidor, superou a clássica determinação

contido no artigo 467 do Código de Processo Civil acerca da coisa julgada, recriando este instituto de sorte a que seus efeitos, na ação civil pública, sejam verificados erga omnes, como dispõe o artigo 16 da Lei nº 7.347/85:

“Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.”

Assim, ao contrário do sistema instituído como regra no Código de Processo Civil, onde a coisa julgada, como regra gera seus efeitos apenas intra partes, e, como exceção, erga omnes, na ação civil pública esta segunda hipótese está sempre presente. Desta forma, a ação julgada improcedente por insuficiência de provas não faz coisa julgada, quando, então, surgindo novos elementos que possam corroborar os fundamentos da inicial, qualquer dos co-legitimados, inclusive aquele que intentou a ação anterior, poderão renová-la. Este diferenciado sistema se dá em razão da importância do bem jurídico tutelado, pois não se trata de direito meramente individual, mas difuso ou coletivo, com uma repercussão social intensa, que justifica a possibilidade de revisão dos argumentos anteriormente já analisados pelo Poder Judiciário.[117]

7.2. Ação civil pública ambiental de execução

Na tutela dos interesses e direitos difusos e coletivos, e notadamente do meio ambiente, a ação de execução é tão importante quanto a de conhecimento, uma vez que raramente o devedor acaba por adimplir voluntariamente suas obrigações contidas no título executivo, em especial de ele for judicial. Com efeito, a ação civil pública de execução pode ter como título exeqüível uma sentença ou termo de ajustamento de conduta, sendo certo que este último, por ser estabelecido de forma consensual, gera um número muito menor de inadimplência. Portanto, o objetivo máximo de ação civil pública ambiental, que é a obtenção da completa reparação do dano ambiental, ou o total afastamento dos riscos de danos, somente ocorrerá caso se busque o resultado de forma intransigente, o que passa pelo ajuizamento da ação de execução.[118]

7.2.1. Legitimidade ativa e passiva

A legitimidade ativa para a ação executória repousa nas mesmas pessoas jurídicas legitimadas à propositura da ação de conhecimento, independentemente de quem tenha obtido o título executivo a servir de sustentáculo para aquela medida judicial. De fato, mesmo se tratando de título executivo extrajudicial, ou seja, de termo de ajustamento de conduta, entendemos que qualquer legitimado a propor a ação civil pública possa executá-lo, ainda que se trate de órgão de natureza privada, a saber, fundações particulares, associações civis, sindicatos, entre outros.

O pólo passivo da ação de execução será composto na forma do artigo 568 do Código de Processo Civil, especialmente aquele que figure como devedor no título executivo:

“Art. 568. São sujeitos passivos na execução:

I - o devedor, reconhecido como tal no título executivo;”

Vale ressaltar a possibilidade da despersonalização da pessoa jurídica quando esta esteja se mostrando como empecilho para a reparação do dano ambiental, conforme artigo 4º da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais):

“Art. 4. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.”

Isto ocorre, por exemplo, em ação de execução proposta contra pessoa jurídica que patrimônio algum possui para poder satisfazer as obrigações contidas no título executivo, enquanto que seus sócios estão em excelente situação financeira, que, em regra, se dá em razão do desvio de quantias pertencentes à pessoa jurídica.

7.2.2. Competência

O artigo 19 da Lei de Ação Civil Pública dispõe sobre a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil às ações civis públicas, entretanto as regras de competência previstas nos artigos 576 do estatuto processual não se adequam com a tutela do meio ambiente:

“Art. 19. Aplica-se à ação civil pública, prevista nesta Lei, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, naquilo em que não contrarie suas disposições.”

Desta forma a regra de competência das ações civis públicas é diferenciada, em razão do objeto de tutela, como anteriormente comentado. Assim, com fulcro nos artigos 2º e 98, § 2º, respectivamente, da Lei de ação civil pública e do código de defesa do consumidor, impõem-se a competência da ação executória ao juízo da ação condenatória:

“Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.”

“Art. 98. A execução poderá ser coletiva, sendo promovida pelos legitimados de que trata o art. 82, abrangendo as vítimas cujas indenizações já tiveram sido fixadas em sentença de liquidação, sem prejuízo do ajuizamento de outras execuções.

§ 1º A execução coletiva far-se-á com base em certidão das sentenças de liquidação, da qual deverá constar a ocorrência ou não do trânsito em julgado.

§ 2º É competente para a execução o juízo:

I - da liquidação da sentença ou da ação condenatória, no caso de execução individual;

II - da ação condenatória, quando coletiva a execução.”

Destarte, é importante que a ação de execução seja proposta no local do dano, assim como a de conhecimento, a fim de facilitar a verificação do cumprimento das obrigações contidas no título executivo, e que lá também deverão ser atendidas.

7.2.3. A extinção da execução

Uma vez intentada a ação de execução, esta somente se extinguirá, com julgamento de mérito, nas hipóteses do artigo 794 do Código de Processo Civil. Entretanto, em razão da natureza jurídica do objeto de tutela das ações civis públicas ambientais, apenas a hipótese contida no inciso I do citado artigo de lei irá satisfazer a sociedade, visto que, as duas outras hipóteses de extinção não atendem aos interesses da coletividade,

pois não é possível perdoar a obrigação, e nem renunciar a crédito:

“Art. 794. Extingue-se a execução quando:

I - o devedor satisfaz a obrigação;

II - o devedor obtém, por transação ou por qualquer outro meio, a remissão total da dívida;

III - o credor renunciar ao crédito.”

A extinção deverá ser declarada por sentença, nos termos do artigo 795 do CPC, sendo certo que a doutrina tem se posicionado no sentido de que esta sentença não faz coisa julgada material, podendo reiniciar-se a execução caso se verifique a posteriori que não ocorreu o adimplemento que se pensava ter sido verificado[119]:

“Art. 795. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença.”

7.3. A ação popular constitucional ambiental

Até o advento da Lei da Ação Civil Pública, a defesa judicial do interesse público e da moral administrativa assentava-se basicamente na Ação Popular, prevista inicialmente pela Constituição de 1934 e regulamentada Lei nº 4.717/65, já sob a égide da carta de 1946.

Voltada, originariamente, à proteção do patrimônio das pessoas políticas, de entidades autárquicas e sociedades de economia mista, ganhou a demanda popular nova roupagem no texto Constitucional de 1988, em seu art. 5º, inciso LXXIII, que não apenas previu a ampliação do seu objeto, alcançando a moralidade administrativa e o meio ambiente, mas também solucionou a questão controvertida quanto ao ônus da sucumbência[120]:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;”

Destarte, a Ação Popular é uma ferramenta constitucional hábil à tutela do meio ambiente, criada em consonância com o comando contido no art. 225, caput, do Texto Maior, que impõe à coletividade o ônus de defender e preservar o meio ambiente. Entretanto, vale ressaltar a necessária intervenção do Ministério Público na ação popular, na condição de custos legis (fiscal da lei), sob pena de nulidade do processo.

Embora pouco utilizada, quando impetrada a Ação popular mostrou sua eficiência, como procuraremos exemplificar no caso em que a ação popular foi utilizada, com desfecho positivo, para impugnar a legitimidade de atos administrativos relacionados com o aterro parcial da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, para erguer-se prédio destinado ao comércio, alegando-se que a consumação do plano desfiguraria local de particular beleza paisagística. Com a Ação Popular, também, procurou-se: impedir, em São Paulo, a demolição de edifício de suposto valor histórico e artístico, em cujo lugar se projetara erguer uma das estações do Metrô; a construção do aeroporto internacional, em nome da preservação de matas naturais; combateu-se a instalação de quiosques, tapumes e toldos, ordenados a atividades comerciais, sobre o gramado da principal praça da estância hidromineral de Águas de Lindóia, área reservada ao repouso e à recreação dos habitantes e dos turistas; impugnou-se ato que permitiu a determinada associação carnavalesca a utilização de praça pública no Rio de Janeiro, para fins privados e incompatíveis com o uso normal do logradouro pela população.[121]

7.3.1. Legitimidade ativa e passiva

A legitimidade ativa para a propositura da Ação Popular em defesa do meio ambiente é deferida apenas àquele que ostente a condição de cidadão, ou seja, a pessoa física no gozo de seus direitos políticos, o eleitor. Inclusive o menor púber, sem a assistência de natureza civil, ao qual a Constituição, em seu art. 14, § 1º, II, c, assegurou a faculdade de se alistar e votar[122]:

“Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

II - facultativos para:

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.”

A legitimidade passiva é mais abrangente do que a sugerida no art. 6º da Lei 4.717/65, que regula a Ação Popular, certo que poderá ser proposta contra qualquer pessoa, física ou jurídica, particular ou pública, nacional ou estrangeira, que tenha cometido ou ameace cometer danos ao ambiente, independentemente de subvenção pelos cofres públicos às entidades privadas, como faz entender a norma jurídica. Vale ressaltar, ainda, que nada impede que a ação popular ambiental seja proposta apenas em relação ao particular, sem a participação do estatal.[123]:

“Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo.”

7.3.2. Pressuposto

O binômio ilegalidade-lesividade, exigível para a propositura de ação popular de cunho simplesmente patrimonial, não se afeiçoa à demanda popular destinada à proteção ambiental, para a qual tão só a lesividade é suficiente à provocação da tutela jurisdicional. A ilicitude da atividade não exclui a responsabilidade decorrente do dano ambiental. Corroborando, neste sentido, é importante lembrar que, tanto o art. 5º, LX-XIII, quanto o art. 225, § 3º, da Lei Fundamental fazem referência apenas ao requisito da lesividade, sufragando, na matéria, a tese da responsabilidade objetiva, ante o alarmante quadro de degradação a que se assiste não só no Brasil, mas em todo o mundo[124].

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

7.3.3. Competência

A competência para a demanda popular ambiental deve ser analisada, a luz da Lei 4.717/65 e da CF/88, quanto as competências de foro e jurisdicional.

A competência de foro é determinada ou pela origem do ato a ser impugnado, se este for editado por agente estatal (art. 5º, caput, da Lei 4.717/65), ou, subsidiariamente, pelo local onde ocorreu o dano (art. 2º da Lei 7.347/85 c/c art. 93, I, da Lei 8.078/90).

“Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.

Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local:

I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;”

Quanto à competência de jurisdição, tem-se que à Justiça Federal estarão afetadas as demandas populares em que a União, uma entidade autárquica ou empresa pública federal foram interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, conforme regra estatuída no art. 100, I, da CF/88. Vale ressaltar, que é competência da Justiça Eleitoral, e não da Justiça Federal, ação popular proposta contra os membros do TER em função de alegadas irregularidades em eleição. Com a Justiça Estadual ficarão as ações não atribuídas de maneira expressa à primeira ou aos órgãos das Justiças Especiais[125].

“Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;”

7.4. Mandado de segurança coletivo

O art. 5º, LXIX, dispõe sobre o mandado de segurança, que é um remédio constitucional com o propósito de proteger direito líquido e certo, ameaçado ou ferido por ilegalidade ou abuso de poder de autoridade pública. O inciso seguinte, trata do mandado de segurança coletivo, com o objetivo das entidades associativas, sindicatos e partidos políticos salvaguardarem direito líquido e certo não apenas de seus associados e membros, mas também os direitos difusos e coletivos que tenham pertinência estatutária com a entidade proponente.

“Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas-corpus” ou “habeas-data”, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;”

Destarte, a legitimação ativa para propositura do writ coletivo se dá por meio extraordinária, que é a possibilidade de alguém, em nome próprio, defender em juízo interesse alheio, definição essa que emerge da interpretação contrario sensu do disposto no art. 6º do CPC.[126]

“Art. 6º Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.”

Assim, o mandado de segurança coletivo tem como objetivo nuclear a defesa dos filiados de um partido, de um sindicato, de uma entidade de classe ou associação, sendo prescindível a expressa autorização destes. Nada impede, contudo, que um desses entes se utilize desse remédio heróico para combater um ato abusivo ou ilegal de uma autoridade administrativa que repercuta em direitos difusos, dentre eles o meio ambiente.[127]

7.5. Mandado de injunção

O mandado de injunção objetiva permitir o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, quando há omissão de norma regulamentadora.

Sua base legal está no art. 5º, incisos LXXI e LXXVII, entretanto, até os dias atuais, inexistente regulamentação destes dispositivos constitucionais, carecendo o instituto de definição de critérios para sua eficácia. No entanto, embora o parágrafo único do art. 24 da Lei 8.038/90 disponha que a aplicabilidade do mandado de injunção depende de edição de lei específica, o Superior Tribunal Federal vem julgando de forma diversa, entendendo que a natureza é mandamental e a auto-aplicabilidade do art. 5º, LXXI, da CF/88, adotando-se, no que couber, o procedimento do mandado de segurança, até porque ambos os instrumentos guardam estreita semelhança.

“Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXVII - são gratuitas as ações de “habeas-corpus” e “habeas-data”, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.”

Destarte, para impetração do mandado de injunção exigem-se apenas dois pressupostos: o direito consagrado pela Constituição Federal; que esse direito esteja sendo impedido de fruição por falta de lei que o regule.

8. Responsabilidade Ambiental

No sistema jurídico brasileiro, a responsabilidade por danos ambientais, aqui chamada de responsabilidade ambiental, possui status constitucional, uma vez que tal matéria está inserida em capítulo próprio, especialmente voltado à tutela do meio ambiente. Neste sentido aponta o ilustre doutrinador Paulo de Bessa Antunes[128], ao afirmar que “a abrangência jurídica do mencionado capítulo é suficientemente extensa para estabelecer um marco jurídico apto a assegurar uma eficiente proteção ao bem jurídico meio ambiente.”

Desta forma, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB) estabeleceu, em matéria ambiental, um tripé de responsabilização, com sanções administrativa, civil e penal, como disposto no art. 225, § 3º, da CRFB:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(...)

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

8.1. Responsabilidade civil

Assim, além da tripla sanção, em matéria ambiental, a responsabilidade civil é objetiva, isto é, independe de dolo ou culpa, basta que haja o dano e o seu respectivo nexo de causalidade. Tal responsabilidade objetiva, em questões ambientais, não foi definida na CRFB, mas sim na Lei 6.938/81, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, conforme disposto em seu art. 14, § 1º:

“Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

(...)

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.”

8.2. Responsabilidade penal

A responsabilidade penal por crimes ambientais é fundada na culpabilidade, sendo, portanto, subjetiva. A matéria está disciplinada na Lei nº 9.605/98, também conhecida como Lei dos Crimes Ambientais. Segundo MEZZOMO[130], o artigo 2º da referida lei revela que foi adotada a teoria monista no que concerne ao concurso de agentes, pois estabelece que: “quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade”.

Contudo, a grande inovação trazida pela Lei dos Crimes Ambientais é a responsabilização penal da pessoa jurídica por infrações ambientais. Tal responsabilização ainda traz grandes debates e divergências, visto que a pessoa jurídica é um ente abstrato, sem elementos psicológicos, para que lhe seja imputado culpabilidade, e, portanto, pena. Porém esta discussão ficará para um outro trabalho, devido as suas peculiaridades e extensão.

8.3. Responsabilidade administrativa

A responsabilidade administrativa decorre de regras próprias e implica um procedimento, in casu um “processo administrativo” próprio. Desta forma não possui relação direta com a responsabilidade pena ou civil, até porque o fundamento das obrigações, embora relacionado a um fato comum, pode não ser o mesmo[129].

A Lei nº 9.605/98, em seu art. 70, definiu, de forma bastante abrangente, as infrações administrativas, bem como a competência de apuração destas:

“Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] CATALAN, Marcos Jorge. **Fontes principiológicas do direito ambiental**. Revista de Direito Ambiental, ano 10, n° 38, São Paulo, Revista dos Tribunais: abril-junho de 2005, p. 161.
- [2] CATALAN, Marcos Jorge. **Fontes principiológicas do direito ambiental**. Op. Cit., p. 161.
- [3] BARROS, Felipe Luiz Machado. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Aspectos teóricos da proteção legal brasileira ao patrimônio genético**. Jus Navigandi, Teresina, a. 4, n. 44, ago. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1691>>. Acesso em: 07 nov. 2005, p. 3.
- [4] FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 6 ed. ampliada, São Paulo: Saraiva, 2005, p. 27.
- [5] WCED. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- [6] Cunhada pelo Código Civil - Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- [7] SCAFF, Fernando Facury; TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. **Tributação e políticas públicas: o ICMS ecológico**. Revista de Direito Ambiental, ano 10, n° 38, São Paulo, Revista dos Tribunais: abril-junho de 2005, pp. 103 e 104.
- [8] FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Op. Cit., pp. 27 e 28.
- [9] PETERS, Edson Luiz. **Meio ambiente & propriedade rural**. Curitiba: Juruá, 2003, p. 134.
- [10] MIRANDA, João Paulo Rocha de; GARCIA NETTO, Luiz da Rosa. **Reserva legal & direito de propriedade na Amazônia: desapropriação indireta ou função social?** Orientador: Prof. Dr. Luiz da Rosa Garcia Netto. Monografia de especialização apresentada para obtenção de grau de Especialista em Sociedade e Desenvolvimento Regional. Juina: Universidade Federal do Mato Grosso, 2005, pp. 38 a 41.

- [11] CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função Social e Ambiental da Propriedade**. Florianópolis: Visualbooks, 2003, P. 76.
- [12] CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função Social e Ambiental da Propriedade.. Op. cit.**, p. 122.
- [13] FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Op. Cit., p. 29.
- [14] BARROS, Felipe Luiz Machado. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Aspectos teóricos da proteção legal brasileira ao patrimônio genético**. Jus Navigandi, Teresina, a. 4, n. 44, ago. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1691>>. Acesso em: 07 nov. 2005, p. 6.
- [15] BENJAMIN, Antônio Herman V. **Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro**, Revista de Direito Ambiental, ano 4, n° 14, São Paulo, Revista dos Tribunais: abril-junho 1999.
- [16] MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1992, p. 208.
- [17] FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Op. Cit., p. 30.
- [18] CATALAN, Marcos Jorge. **Fontes principiológicas do direito ambiental**. Op. Cit., p. 170.
- [19] FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Op. Cit., p. 39.
- [20] CATALAN, Marcos Jorge. **Fontes principiológicas do direito ambiental**. Op. Cit., p. 163.
- [21] DENARI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. In BARROS, Felipe Luiz Machado. Biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Aspectos teóricos da proteção legal brasileira ao patrimônio genético. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 4, n. 44, ago. 2000, p. 6.
- [22] MELLO, Amaitê Lara Giriboni de. **Organismos Geneticamente Modificados e a Exigência Constitucional da Realização do Estudo de Impacto Ambiental**. In BARROS, Felipe Luiz Machado. Biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Aspectos teóricos da proteção legal brasileira ao patrimônio genético. Jus Navigandi, Teresina, a. 4, n. 44, ago. 2000, p. 6.

[23] MACHADO, Paulo Affonso Leme; MARCHI, Isabela Helena de.. **Princípios do direito ambiental**. Disponível: <http://www.ecoambiental.com.br/mpincipal/principios.htm>. Ecoambiental..

[24] FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Op. Cit., pp. 41 e 42.

[25] BARROS, Felipe Luiz Machado. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Aspectos teóricos da proteção legal brasileira ao patrimônio genético**. Op. Cit, p. 6.

[26] BARROS, Felipe Luiz Machado. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Aspectos teóricos da proteção legal brasileira ao patrimônio genético**. Op. Cit, p. 6.

[27] BARROS, Felipe Luiz Machado. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Aspectos teóricos da proteção legal brasileira ao patrimônio genético**. Op. Cit, p. 4.

[28] CATALAN, Marcos Jorge. **Fontes principiológicas do direito ambiental**. Op. Cit., p. 176.

[29] NALINI, José Renato. **Ética ambiental**. Campinas: Millenium, 2003, pp. 148 e 149.

[30] CHIARINI JÚNIOR, Enéas Castilho. **Noções introdutórias sobre Biodireito**. Jus Navigandi, Teresina, a. 8, n. 424, 4 set. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5664>, p. 1.

[31] CATALAN, Marcos Jorge. **Fontes principiológicas do direito ambiental**. Op. Cit., pp. 174 e 175.

[32] LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 48 In CATALAN, Marcos Jorge. Fontes principiológicas do direito ambiental. Revista de Direito Ambiental, ano 10, n° 38, São Paulo, Revista dos Tribunais: abril-junho de 2005, p. 173.

[33] CATALAN, Marcos Jorge. **Fontes principiológicas do direito ambiental**. Op. Cit., pp. 173 e 174.

[34] BARROS, Felipe Luiz Machado. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Aspectos teóricos da proteção legal brasileira ao patrimônio genético**. Op. Cit, p. 5.

[35] NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **O princípio constitucional da digni-**

dade da pessoas humana. São Paulo: Saraiva, 2002, p.1.

[36] NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. **O Estado ambiental de Direito**. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 589, 17 fev. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6340>>, p.1.

[37] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 2000, p. 22.

[38] FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato. **Estado de Direito Ambiental: Tendências**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

[39] CAPELLA, Vicente Bellver. **Ecología: de las razones a los derechos**. Granada: Comares, 1994.

[40] MIRANDA, João Paulo Rocha de. **Reserva legal & direito de propriedade na Amazônia: desapropriação indireta ou função social?** Orientador: Prof. Dr. Luiz da Rosa Garcia Netto. Monografia de especialização apresentada para obtenção de grau de Especialista em Sociedade e Desenvolvimento Regional. Juina: Universidade Federal do Mato Grosso, 2005, p. 22.

[41] BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 523.

[42] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 6.

[43] MIRANDA, João Paulo Rocha de. **Reserva legal & direito de propriedade na Amazônia: desapropriação indireta ou função social?** Op. Cit., pp. 22 e 23.

[44] NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. **O Estado ambiental de Direito**. Op. Cit., p.1.

[45] PUREZA, José Manuel. **Tribunais, natureza e sociedade: o direito do ambiente em Portugal**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1997, pp. 8 e 9.

[46] NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. **O Estado ambiental de Direito**. Op. Cit., p.1.

[47] KRELL, Andreas J. **Controle judicial dos serviços públicos básicos na base dos direitos fundamentais sociais**. In: NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. **O Estado ambiental de Direito**. Jus Navigandi, Tere-

sina, a. 9, n. 589, 17 fev. 2005.

[48] NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. **O Estado ambiental de Direito**. Op. Cit., p.1.

[49] SANTOS, Milton. **O novo século das luzes**. São Paulo: Folha de São Paulo, 14/01/2001, pp. 2 e 3.

[50] KRELL, Andreas. **Tutela administrativa do meio ambiente**. Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Belém: UFPA, 2006, p. 14.

[51] Mukai, Toshio. **Direito Urbano-Ambiental brasileiro**. 2. ed., SP: Dialética, 2002, p. 173.

[52] KRELL, Andreas. **Tutela administrativa do meio ambiente**. Op. Cit., p. 14.

[53] Idem, pp. 14 e 15.

[54] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros: Meio Ambiente 2002**. Rio de Janeiro, 2005, p. 37; www.ibge.gov.br/munic_meio_ambiente_2002/

[55] KRELL, Andreas. **Tutela administrativa do meio ambiente**. Op. Cit., p. 15.

[56] Idem, pp. 7 e 8.

[57] MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 129.

[58] IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueney. **Bens Ambientais: fauna e flora**. Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Belém: UFPA, 2006, pp. 14 e 15.

[59] MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 305 e 306,

[60] MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 283.

[61] Lazzarini, Álvaro. **Aspectos administrativos do Direito Ambiental**. Boletim de Direito Administrativo. São Paulo, mar. 1995, p. 143s.

[62] Meirelles, Hely Lopes. **Direito Administrativo**. 14. ed., SP: RT, 1989, p. 109.

[63] Bandeira de Mello, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. Malheiros, 2002.

[64] MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 411.

[65] KRELL, Andreas. **Tutela administrativa do meio ambiente**. Op. Cit., p. 20.

[66] Idem, pp. 19 e 20.

[67] Machado, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 11. ed., Malheiros, 2003, p. 378.

[68] Antunes, Paulo de Bessa. **Curso de Direito Ambiental**. 8. ed., Rio: Lumen Juris, 2005, p. 108.

[69] Fink, Daniel Roberto; Alonso Júnior, Hamilton; Dawalibi, Marcelo. **Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 43.

[70] MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. Op. Cit., p. 412.

[71] Idem, p. 413.

[72] Dias, Daniella Santos. **Desenvolvimento urbano: princípios constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2002, p. 214ss.

[73] Marques, José Roque Nunes. **Competência, independência e complementaridade constitucional das esferas cível, criminal e administrativa**. In: Hermans, Maria Artemísia Arraes (coord.). **Direito Ambiental: o desafio brasileiro e a nova dimensão global**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002, p. 368.

[74] KRELL, Andreas. **Tutela administrativa do meio ambiente**. Op. Cit., p. 22.

[75] Idem, p. 24.

[76] Idem, pp. 24 e 25.

[77] SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 161.

[78] IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueney. **Bens Ambientais: fauna e flora**. Op. Cit., p. 28.

[79] Idem, p. 55.

[80] Idem, p. 55.

[81] COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente. – I Florestas.** Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 170.

[82] IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueney. **Bens Ambientais: fauna e flora.** Op. Cit., p. 56.

[83] BENJAMINS, Antonio Herman. “Introdução à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: BENJAMIN, Antonio H. (Org.) **Direito Ambiental das áreas protegidas. O regime jurídico das unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001

[84] COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente. – I Florestas.** Op. Cit. p. 171.

[85] IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueney. **Bens Ambientais: fauna e flora.** Op. Cit., p. 57

[86] Idem, pp. 58 e 59.

[87] Idem, pp. 59 e 60.

[88] Idem, pp. 60 e 61.

[89] Idem, p. 64.

[90] Idem, p. 34.

[91] ADI-MC 3540 / DF - Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade. Relator: Min. Celso de Mello. Tribunal Pleno. Publicação: DJ 03-02-2006.

[92] IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueney. **Bens Ambientais: fauna e flora.** Op. Cit., p. 36.

[93] IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hgueney. **A Amazônia encontrando soluções.** Brasília: Embaixada Italiana, segunda edição, 2006, p.157.

[94] MIRANDA, João Paulo Rocha de; ARRUDA, Domingos Sávio de Barros. **Tutela jurídica da reserva florestal legal na Amazônia: sua natureza jurídica e importância ecológica.** Monografia para obtenção do título de especialista em Direito Ambiental – Desenvolvimento Sustentável. Cuiabá: FESMP-MT / UNIC, 2007, pp. 11 e 12.

[95] LITTLE, Paul E. (ORGANIZADOR). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências.** Op. Cit, p. 177.

[96] MIRANDA, João Paulo Rocha de Miranda; et. al. **Tutela jurídica da reserva florestal legal na Amazônia: sua natureza jurídica e importância ecológica.** 11º Congresso Internacional de Direito Ambiental, v. 1, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, pp. 390 e 391.

[97] MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** 22. ed., São Paulo : Malheiros, 1997.

[98] MORAES, Luís Carlos Silva de. **Código florestal comentado: com alterações da lei de crimes ambientais, Lei nº 9.605/98.** Op. Cit., p. 98.

[99] MIRANDA, João Paulo Rocha de Miranda; et. al. **Tutela jurídica da reserva florestal legal na Amazônia: sua natureza jurídica e importância ecológica.** Op. Cit., p. 391.

[100] Idem, pp. 28 e 29.

[101] LIMA, André. Zoneamento Ecológico-econômico à luz dos direitos socioambientais. Curitiba: Juruá, 2006, p. 57.

[102] SANTILLI, Juliana. Unidade de conservação da natureza, territórios indígenas e de quilobolas: Aspectos jurídicos. In: RIOS, Aurélio V. V. e IRIGARAY, Carlos Teodoro J. H. (Orgs.). O Direito e o Desenvolvimento Sustentável: Curso de direito ambiental, São Paulo: Peirópolis; Brasília: IEB, 2005, p. 196.

[103] IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueney. **Bens Ambientais: fauna e flora.** Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Belém: UFPA, 2006, p. 29.

[104] Idem, p. 29.

[105] Idem, pp. 29 e 30.

[106] Idem, p. 30.

[107] MIRANDA, João Paulo Rocha de; ARRUDA, Domingos Sávio de Barros. **Tutela jurídica da reserva florestal legal na Amazônia: sua natureza jurídica e importância ecológica.** Monografia para obtenção do título de especialista em Direito Ambiental – Desenvolvimento Sustentável. Cuiabá: FESMP-MT / UNIC, 2007, p. 19.

[108] NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. **O Estado ambiental de Di-**

reito . Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 589, 17 fev. 2005. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6340>, 2005, p. 4.

[109] BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 523.

[110] NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. **O Estado ambiental de Direito**. Op. Cit., p. 5.

[111] MIRANDA, João Paulo Rocha de; ARRUDA, Domingos Sávio de Barros. **Tutela jurídica da reserva florestal legal na Amazônia: sua natureza jurídica e importância ecológica**. Op. Cit., p. 20.

[112] AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. **Tutela Judicial do Meio Ambiente**. Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Belém: UFPA, 2006, p. 34.

[113] Idem, pp. 34 e 35.

[114] Idem, pp. 35 e 36.

[115] Idem, p. 40.

[116] NERY JUNIOR, Nelson; NERY, R. M. A. **Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. p. 677.

[117] AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. **Tutela Judicial do Meio Ambiente**. Op. Cit., pp. 42 e 43.

[118] Idem, pp. 44 e 45.

[119] Idem, p. 48.

[120] MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. Op. Cit., p. 1077.

[121] AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. **Tutela Judicial do Meio Ambiente**. Op. Cit., p. 51.

[122] MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. Op. Cit., p. 1078.

[123] VITTA, Heraldo Garcia. **O meio ambiente e a ação popular**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 49.

[124] MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência,**

glossário. Op. Cit., pp. 1079 e 1080.

[125] Idem, p. 1080.

[126] MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. In. MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. Op. Cit., p. 1083.

[127] MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. Op. Cit., p. 1083.

[128] ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 12 ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 211.

[129] MEZZOMO, Marcelo Colombelli. Responsabilidade **ambiental**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 523, 12 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5981>>. Acesso em: 18 set. 2008.

[130] Idem.

ANEXO I
CÓDIGO FLORESTAL

LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965.

Institui o novo Código Florestal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo único. As ações ou omissões contrárias às disposições deste Código na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade (art. 302, XI b, do Código de Processo Civil).

§ 1o As ações ou omissões contrárias às disposições deste Código na utilização e exploração das florestas e demais formas de vegetação são consideradas uso nocivo da propriedade, aplicando-se, para o caso, o procedimento sumário previsto no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil. (Renumerado do parágrafo único pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 2o Para os efeitos deste Código, entende-se por: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001) (Vide Decreto nº 5.975, de 2006)

I - pequena propriedade rural ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividade agroflorestal ou do extrativismo, cuja área não supere: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

a) cento e cinquenta hectares se localizada nos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e nas regiões situadas ao norte do paralelo 13o S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44o W, do Estado do Maranhão ou no Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

b) cinquenta hectares, se localizada no polígono das secas ou a leste

do Meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

c) trinta hectares, se localizada em qualquer outra região do País; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

II - área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2o e 3o desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

IV - utilidade pública: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

b) as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia e aos serviços de telecomunicações e de radiodifusão; (Redação dada pela Lei nº 11.934, de 2009)

c) demais obras, planos, atividades ou projetos previstos em resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

V - interesse social: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do CONAMA; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

b) as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar, que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

c) demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do CONAMA; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

VI - Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura:

2 - igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distancia entre as margens;

3 - de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros.

1. de 30 (trinta) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)

2. de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)

3. de 100 (cem) metros para os cursos d'água que meçam entre 50 (cinquenta) e 100 (cem) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)

4. de 150 (cento e cinquenta) metros para os cursos d'água que possuam entre 100 (cem) e 200 (duzentos) metros de largura; igual à distância entre as margens para os cursos d'água com largura superior a 200 (duzentos) metros; (Incluído dada pela Lei nº 7.511, de 1986)

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação. (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

i) nas áreas metropolitanas definidas em lei. (Incluído pela Lei nº 6.535, de 1978) (Vide Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

a) a atenuar a erosão das terras;

b) a fixar as dunas;

c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;

e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;

g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;

h) a assegurar condições de bem-estar público.

§ 1º A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou

projetos de utilidade pública ou interesse social.

§ 2º As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra g) pelo só efeito desta Lei.

Art. 3o-A. A exploração dos recursos florestais em terras indígenas somente poderá ser realizada pelas comunidades indígenas em regime de manejo florestal sustentável, para atender a sua subsistência, respeitados os arts. 2o e 3o deste Código. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Art. 4º Consideram-se de interesse público:

a) a limitação e o controle do pastoreio em determinadas áreas, visando à adequada conservação e propagação da vegetação florestal;

b) as medidas com o fim de prevenir ou erradicar pragas e doenças que afetem a vegetação florestal;

c) a difusão e a adoção de métodos tecnológicos que visem a aumentar economicamente a vida útil da madeira e o seu maior aproveitamento em todas as fases de manipulação e transformação.

Art. 4o A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 1o A supressão de que trata o caput deste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, ressalvado o disposto no § 2o deste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 2o A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 3o O órgão ambiental competente poderá autorizar a supressão eventual e de baixo impacto ambiental, assim definido em regulamento, da vegetação em área de preservação permanente. (Incluído pela Medida

Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 4o O órgão ambiental competente indicará, previamente à emissão da autorização para a supressão de vegetação em área de preservação permanente, as medidas mitigadoras e compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 5o A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, ou de dunas e mangues, de que tratam, respectivamente, as alíneas “c” e “f” do art. 2o deste Código, somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 6o Na implantação de reservatório artificial é obrigatória a desapropriação ou aquisição, pelo empreendedor, das áreas de preservação permanente criadas no seu entorno, cujos parâmetros e regime de uso serão definidos por resolução do CONAMA. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 7o É permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de preservação permanente, para obtenção de água, desde que não exija a supressão e não comprometa a regeneração e a manutenção a longo prazo da vegetação nativa. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Art. 5º O Poder Público criará:

a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;

b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais.

Parágrafo único. Ressalvada a cobrança de ingresso a visitantes, cuja receita será destinada em pelo menos 50% (cinquenta por cento) ao custeio da manutenção e fiscalização, bem como de obras de melhoramento em cada unidade, é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques e reservas biológicas criados pelo poder público na forma deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 7.875, de 13.11.1989) (Revogado pela Lei nº 9.985, de 18.7.2000)

Art. 6º O proprietário da floresta não preservada, nos termos desta Lei, poderá gravá-la com perpetuidade, desde que verificada a existência de interesse público pela autoridade florestal. O vínculo constará de termo assinado perante a autoridade florestal e será averbado à margem da inscrição no Registro Público. (Revogado pela Lei nº 9.985, de 18.7.2000)

Art. 7º Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes.

Art. 8º Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e de reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestadas de preservação permanente de que trata esta Lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

Art. 9º As florestas de propriedade particular, enquanto indivisas com outras, sujeitas a regime especial, ficam subordinadas às disposições que vigorarem para estas.

Art. 10. Não é permitida a derrubada de florestas, situadas em áreas de inclinação entre 25 a 45 graus, só sendo nelas tolerada a extração de toros, quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes.

Art. 11. O emprego de produtos florestais ou hulha como combustível obriga o uso de dispositivo, que impeça difusão de fagulhas suscetíveis de provocar incêndios, nas florestas e demais formas de vegetação marginal.

Art. 12. Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão. Nas demais florestas dependerá de norma estabelecida em ato do Poder Federal ou Estadual, em obediência a prescrições ditadas pela técnica e às peculiaridades locais. (Regulamento)

Art. 13. O comércio de plantas vivas, oriundas de florestas, dependerá de licença da autoridade competente.

Art. 14. Além dos preceitos gerais a que está sujeita a utilização das florestas, o Poder Público Federal ou Estadual poderá:

a) prescrever outras normas que atendam às peculiaridades locais;

b) proibir ou limitar o corte das espécies vegetais consideradas em via de extinção, delimitando as áreas compreendidas no ato, fazendo depender, nessas áreas, de licença prévia o corte de outras espécies;

b) proibir ou limitar o corte das espécies vegetais raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção, bem como as espécies necessárias à subsistência das populações extrativistas, delimitando as áreas compreendidas no ato, fazendo depender de licença prévia, nessas áreas, o corte de outras espécies; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

c) ampliar o registro de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à extração, indústria e comércio de produtos ou subprodutos florestais.

Art. 15. Fica proibida a exploração sob forma empírica das florestas primitivas da bacia amazônica que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do Poder Público, a ser baixado dentro do prazo de um ano. (Regulamento)

Art. 16. As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º desta lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições:

a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas, desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente;

b) nas regiões citadas na letra anterior, nas áreas já desbravadas e previamente delimitadas pela autoridade competente, ficam proibidas as derrubadas de florestas primitivas, quando feitas para ocupação do solo com cultura e pastagens, permitindo-se, nesses casos, apenas a extração de árvores para produção de madeira. Nas áreas ainda incultas, sujeitas a formas de desbravamento, as derrubadas de florestas primitivas, nos trabalhos de instalação de novas propriedades agrícolas, só serão toleradas até o máximo de 30% da área da propriedade;

c) na região Sul as áreas atualmente revestidas de formações florestais em que ocorre o pinheiro brasileiro, "Araucaria angustifolia" (Bert - O. Ktze), não poderão ser desflorestadas de forma a provocar a eliminação permanente das florestas, tolerando-se, somente a exploração racional destas, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção;

d) nas regiões Nordeste e Leste Setentrional, inclusive nos Estados

do Maranhão e Piauí, o corte de árvores e a exploração de florestas só será permitida com observância de normas técnicas a serem estabelecidas por ato do Poder Público, na forma do art. 15.

§ 1º Nas propriedades rurais, compreendidas na alínea a deste artigo, com área entre vinte (20) a cinquenta (50) hectares computar-se-ão, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os maciços de porte arbóreo, sejam frutícolas, ornamentais ou industriais. (Parágrafo único renumerado pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

§ 2º A reserva legal, assim entendida a área de , no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada, a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

§ 3º Aplica-se às áreas de cerrado a reserva legal de 20% (vinte por cento) para todos os efeitos legais. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001) (Regulamento)

I - oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

II - trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do § 7º deste artigo; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

III - vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

IV - vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais

localizada em qualquer região do País. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 1o O percentual de reserva legal na propriedade situada em área de floresta e cerrado será definido considerando separadamente os índices contidos nos incisos I e II deste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 2o A vegetação da reserva legal não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos no regulamento, ressalvadas as hipóteses previstas no § 3o deste artigo, sem prejuízo das demais legislações específicas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 3o Para cumprimento da manutenção ou compensação da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, podem ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 4o A localização da reserva legal deve ser aprovada pelo órgão ambiental estadual competente ou, mediante convênio, pelo órgão ambiental municipal ou outra instituição devidamente habilitada, devendo ser considerados, no processo de aprovação, a função social da propriedade, e os seguintes critérios e instrumentos, quando houver: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

I - o plano de bacia hidrográfica; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

II - o plano diretor municipal; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

III - o zoneamento ecológico-econômico; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

IV - outras categorias de zoneamento ambiental; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

V - a proximidade com outra Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 5o O Poder Executivo, se for indicado pelo Zoneamento Ecológico

Econômico - ZEE e pelo Zoneamento Agrícola, ouvidos o CONAMA, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, poderá: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

I - reduzir, para fins de recomposição, a reserva legal, na Amazônia Legal, para até cinquenta por cento da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as Áreas de Preservação Permanente, os ecótonos, os sítios e ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

II - ampliar as áreas de reserva legal, em até cinquenta por cento dos índices previstos neste Código, em todo o território nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 6o Será admitido, pelo órgão ambiental competente, o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa existente em área de preservação permanente no cálculo do percentual de reserva legal, desde que não implique em conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo, e quando a soma da vegetação nativa em área de preservação permanente e reserva legal exceder a: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

I - oitenta por cento da propriedade rural localizada na Amazônia Legal; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

II - cinquenta por cento da propriedade rural localizada nas demais regiões do País; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

III - vinte e cinco por cento da pequena propriedade definida pelas alíneas “b” e “c” do inciso I do § 2o do art. 1o. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 7o O regime de uso da área de preservação permanente não se altera na hipótese prevista no § 6o. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 8o A área de reserva legal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área, com as exceções previstas neste Código. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 9o A averbação da reserva legal da pequena propriedade ou posse

rural familiar é gratuita, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 10. Na posse, a reserva legal é assegurada por Termo de Ajustamento de Conduta, firmado pelo possuidor com o órgão ambiental estadual ou federal competente, com força de título executivo e contendo, no mínimo, a localização da reserva legal, as suas características ecológicas básicas e a proibição de supressão de sua vegetação, aplicando-se, no que couber, as mesmas disposições previstas neste Código para a propriedade rural. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 11. Poderá ser instituída reserva legal em regime de condomínio entre mais de uma propriedade, respeitado o percentual legal em relação a cada imóvel, mediante a aprovação do órgão ambiental estadual competente e as devidas averbações referentes a todos os imóveis envolvidos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Art. 17. Nos loteamentos de propriedades rurais, a área destinada a completar o limite percentual fixado na letra a do artigo antecedente, poderá ser agrupada numa só porção em condomínio entre os adquirentes.

Art. 18. Nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o florestamento ou o reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público Federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.

§ 1º Se tais áreas estiverem sendo utilizadas com culturas, de seu valor deverá ser indenizado o proprietário.

§ 2º As áreas assim utilizadas pelo Poder Público Federal ficam isentas de tributação.

Art. 19. Visando a maior rendimento econômico é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas, executando trabalho de derrubada a um só tempo ou sucessivamente, de toda a vegetação a substituir desde que assinem, antes do início dos trabalhos, perante a autoridade competente, termo de obrigação de reposição e tratos culturais.

Art. 19. Visando a rendimentos permanentes e à preservação de espécies nativas, os proprietários de florestas explorarão a madeira somente através de manejo sustentado, efetuando a reposição florestal, sucessivamente, com espécies típicas da região. (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)

§ 1º É permitida ao proprietário a reposição com espécies exóticas nas florestas já implantadas com estas espécies. (Incluído pela Lei nº 7.511, de 1986)

§ 2º Na reposição com espécies regionais, o proprietário fica obrigado a comprovar o plantio das árvores, assim como os tratos culturais necessários a sua sobrevivência e desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 7.511, de 1986)

Art. 19. A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme. (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Parágrafo único. No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Art. 19. A exploração de florestas e formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévia aprovação pelo órgão estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme. (Redação dada pela Lei nº 11.284, de 2006) (Regulamento)

§ 1º Compete ao Ibama a aprovação de que trata o caput deste artigo: (Redação dada pela Lei nº 11.284, de 2006)

I - nas florestas públicas de domínio da União; (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

II - nas unidades de conservação criadas pela União; (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

III - nos empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional, definidos em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

§ 2º Compete ao órgão ambiental municipal a aprovação de que trata o caput deste artigo: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

I - nas florestas públicas de domínio do Município; (Incluído pela Lei

nº 11.284, de 2006)

II - nas unidades de conservação criadas pelo Município; (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

III - nos casos que lhe forem delegados por convênio ou outro instrumento admissível, ouvidos, quando couber, os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

§ 3o No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

Art. 20. As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grandes quantidades de matéria prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento. (Regulamento)

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, além das penalidades previstas neste Código, obriga os infratores ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor comercial da matéria-prima florestal nativa consumida além da produção da qual participe.

Art. 21. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento (Regulamento) (Regulamento)

Parágrafo único. A autoridade competente fixará para cada empresa o prazo que lhe é facultado para atender ao disposto neste artigo, dentro dos limites de 5 a 10 anos.

Art. 22. A União fiscalizará diretamente, pelo órgão executivo específico do Ministério da Agricultura, ou em convênio com os Estados e Municípios, a aplicação das normas deste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis.

Art. 22. A União, diretamente, através do órgão executivo específico, ou em convênio com os Estados e Municípios, fiscalizará a aplicação das

normas deste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis. (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Parágrafo único. Nas áreas urbanas, a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta Lei, a fiscalização é da competência dos municípios, atuando a União supletivamente. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Art. 23. A fiscalização e a guarda das florestas pelos serviços especializados não excluem a ação da autoridade policial por iniciativa própria.

Art. 24. Os funcionários florestais, no exercício de suas funções, são equiparados aos agentes de segurança pública, sendo-lhes assegurado o porte de armas.

Art. 25. Em caso de incêndio rural, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, compete não só ao funcionário florestal, como a qualquer outra autoridade pública, requisitar os meios materiais e convocar os homens em condições de prestar auxílio.

Art. 26. Constituem contravenções penais, puníveis com três meses a um ano de prisão simples ou multa de uma a cem vezes o salário-mínimo mensal, do lugar e da data da infração ou ambas as penas cumulativamente:

a) destruir ou danificar a floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação ou utilizá-la com infringência das normas estabelecidas ou previstas nesta Lei;

b) cortar árvores em florestas de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente;

c) penetrar em floresta de preservação permanente conduzindo armas, substâncias ou instrumentos próprios para caça proibida ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem estar munido de licença da autoridade competente;

d) causar danos aos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, bem como às Reservas Biológicas;

e) fazer fogo, por qualquer modo, em florestas e demais formas de vegetação, sem tomar as precauções adequadas;

f) fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação;

g) impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação;

h) receber madeira, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto, até final beneficiamento;

i) transportar ou guardar madeiras, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente;

j) deixar de restituir à autoridade, licenças extintas pelo decurso do prazo ou pela entrega ao consumidor dos produtos procedentes de florestas;

l) empregar, como combustível, produtos florestais ou hulha, sem uso de dispositivo que impeça a difusão de fagulhas, suscetíveis de provocar incêndios nas florestas;

m) soltar animais ou não tomar precauções necessárias para que o animal de sua propriedade não penetre em florestas sujeitas a regime especial;

n) matar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia ou árvore imune de corte;

o) extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer outra espécie de minerais;

p) (Vetado).

q) transformar madeiras de lei em carvão, inclusive para qualquer efeito industrial, sem licença da autoridade competente. (Incluído pela Lei nº 5.870, de 26.3.1973)

Art. 27. É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo único. Se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução.

Art. 28. Além das contravenções estabelecidas no artigo precedente, subsistem os dispositivos sobre contravenções e crimes previstos no Código Penal e nas demais leis, com as penalidades neles cominadas.

Art. 29. As penalidades incidirão sobre os autores, sejam eles:

a) diretos;

b) arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários das áreas florestais, desde que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos preponentes ou dos superiores hierárquicos;

c) autoridades que se omitirem ou facilitarem, por consentimento legal, na prática do ato.

Art. 30. Aplicam-se às contravenções previstas neste Código as regras gerais do Código Penal e da Lei de Contravenções Penais, sempre que a presente Lei não disponha de modo diverso.

Art. 31. São circunstâncias que agravam a pena, além das previstas no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais:

a) cometer a infração no período de queda das sementes ou de formação das vegetações prejudicadas, durante a noite, em domingos ou dias feriados, em épocas de seca ou inundações;

b) cometer a infração contra a floresta de preservação permanente ou material dela provindo.

Art. 32. A ação penal independe de queixa, mesmo em se tratando de lesão em propriedade privada, quando os bens atingidos são florestas e demais formas de vegetação, instrumentos de trabalho, documentos e atos relacionados com a proteção florestal disciplinada nesta Lei.

Art. 33. São autoridades competentes para instaurar, presidir e proceder a inquéritos policiais, lavrar autos de prisão em flagrante e intentar a ação penal, nos casos de crimes ou contravenções, previstos nesta Lei, ou em outras leis e que tenham por objeto florestas e demais formas de vegetação, instrumentos de trabalho, documentos e produtos procedentes das mesmas:

a) as indicadas no Código de Processo Penal;

b) os funcionários da repartição florestal e de autarquias, com atribuições correlatas, designados para a atividade de fiscalização.

Parágrafo único. Em caso de ações penais simultâneas, pelo mesmo fato, iniciadas por várias autoridades, o Juiz reunirá os processos na jurisdição em que se firmou a competência.

Art. 34. As autoridades referidas no item b do artigo anterior, ratificada a denúncia pelo Ministério Público, terão ainda competência igual à deste, na qualidade de assistente, perante a Justiça comum, nos feitos de que trata esta Lei.

Art. 35. A autoridade apreenderá os produtos e os instrumentos utilizados na infração e, se não puderem acompanhar o inquérito, por seu volume e natureza, serão entregues ao depositário público local, se houver e, na sua falta, ao que for nomeado pelo Juiz, para ulterior devolução ao prejudicado. Se pertencerem ao agente ativo da infração, serão vendidos em hasta pública.

Art. 36. O processo das contravenções obedecerá ao rito sumário da Lei n. 1.508 de 19 de dezembro de 1951, no que couber.

Art. 37. Não serão transcritos ou averbados no Registro Geral de Imóveis os atos de transmissão “inter-vivos” ou “causa mortis”, bem como a constituição de ônus reais, sobre imóveis da zona rural, sem a apresentação de certidão negativa de dívidas referentes a multas previstas nesta Lei ou nas leis estaduais supletivas, por decisão transitada em julgado.

Art. 37-A. Não é permitida a conversão de florestas ou outra forma de vegetação nativa para uso alternativo do solo na propriedade rural que possui área desmatada, quando for verificado que a referida área encontra-se abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo a vocação e capacidade de suporte do solo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 1º Entende-se por área abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, aquela não efetivamente utilizada, nos termos do § 3º, do art. 6º da Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, ou que não atenda aos índices previstos no art. 6º da referida Lei, ressalvadas as áreas de pousio na pequena propriedade ou posse rural familiar ou de população tradicional. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 2º As normas e mecanismos para a comprovação da necessidade de conversão serão estabelecidos em regulamento, considerando, dentre outros dados relevantes, o desempenho da propriedade nos últimos três anos, apurado nas declarações anuais do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 3º A regulamentação de que trata o § 2º estabelecerá procedimentos simplificados: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

I - para a pequena propriedade rural; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

II - para as demais propriedades que venham atingindo os parâmetros de produtividade da região e que não tenham restrições perante os órgãos ambientais. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 4º Nas áreas passíveis de uso alternativo do solo, a supressão da vegetação que abrigue espécie ameaçada de extinção, dependerá da adoção de medidas compensatórias e mitigadoras que assegurem a conservação da espécie. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 5º Se as medidas necessárias para a conservação da espécie impossibilitarem a adequada exploração econômica da propriedade, observar-se-á o disposto na alínea “b” do art. 14. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 6º É proibida, em área com cobertura florestal primária ou secundária em estágio avançado de regeneração, a implantação de projetos de assentamento humano ou de colonização para fim de reforma agrária, ressalvados os projetos de assentamento agro-extrativista, respeitadas as legislações específicas. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Art. 38. As florestas plantadas ou naturais são declaradas imunes a qualquer tributação e não podem determinar, para efeito tributário, aumento do valor das terras em que se encontram.

§ 1º Não se considerará renda tributável o valor de produtos florestais obtidos em florestas plantadas, por quem as houver formado.

§ 2º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda e das taxas específicas ligadas ao reflorestamento. (Revogado pela Lei nº 5.106, de 2.9.1966)

Art. 39. Ficam isentas do imposto territorial rural as áreas com florestas sob regime de preservação permanente e as áreas com florestas plantadas para fins de exploração madeireira.

Parágrafo único. Se a floresta for nativa, a isenção não ultrapassará de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, que incidir sobre a área tributável. (Revogado pela Lei nº 5.868, de 12.12.1972)

Art. 40. (Vetado).

Art. 41. Os estabelecimentos oficiais de crédito concederão prioridades aos projetos de florestamento, reflorestamento ou aquisição de equipamentos mecânicos necessários aos serviços, obedecidas as escalas anteriormente fixadas em lei.

Parágrafo único. Ao Conselho Monetário Nacional, dentro de suas atribuições legais, como órgão disciplinador do crédito e das operações creditícias em todas suas modalidades e formas, cabe estabelecer as normas para os financiamentos florestais, com juros e prazos compatíveis, relacionados com os planos de florestamento e reflorestamento aprovados pelo Conselho Florestal Federal.

Art. 42. Dois anos depois da promulgação desta Lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos de educação florestal, previamente aprovados pelo Conselho Federal de Educação, ouvido o órgão florestal competente.

§ 1º As estações de rádio e televisão incluirão, obrigatoriamente, em suas programações, textos e dispositivos de interesse florestal, aprovados pelo órgão competente no limite mínimo de cinco (5) minutos semanais, distribuídos ou não em diferentes dias.

§ 2º Nos mapas e cartas oficiais serão obrigatoriamente assinalados os Parques e Florestas Públicas.

§ 3º A União e os Estados promoverão a criação e o desenvolvimento de escolas para o ensino florestal, em seus diferentes níveis.

Art. 43. Fica instituída a Semana Florestal, em datas fixadas para as diversas regiões do País, do Decreto Federal. Será a mesma comemorada, obrigatoriamente, nas escolas e estabelecimentos públicos ou subvencionados, através de programas objetivos em que se ressalte o valor das florestas, face aos seus produtos e utilidades, bem como sobre a forma correta de conduzi-las e perpetuá-las.

Parágrafo único. Para a Semana Florestal serão programadas reuniões, conferências, jornadas de reflorestamento e outras solenidades e festividades com o objetivo de identificar as florestas como recurso natural renovável, de elevado valor social e econômico.

Art. 44. Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade.

Parágrafo único. A reserva legal, assim entendida a área de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área. (Incluído pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

Art. 44. O proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de floresta nativa, natural, primitiva ou regenerada ou outra forma de vegetação nativa em extensão inferior ao estabelecido nos incisos I, II, III e IV do art. 16, ressalvado o disposto nos seus §§ 5o e 6o, deve adotar as seguintes alternativas, isoladas ou conjuntamente: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

I - recompor a reserva legal de sua propriedade mediante o plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

II - conduzir a regeneração natural da reserva legal; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

III - compensar a reserva legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia, conforme critérios estabelecidos em regulamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 1o Na recomposição de que trata o inciso I, o órgão ambiental estadual competente deve apoiar tecnicamente a pequena propriedade ou posse rural familiar. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 2o A recomposição de que trata o inciso I pode ser realizada mediante o plantio temporário de espécies exóticas como pioneiras, visando a restauração do ecossistema original, de acordo com critérios técnicos gerais estabelecidos pelo CONAMA. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 3o A regeneração de que trata o inciso II será autorizada, pelo órgão ambiental estadual competente, quando sua viabilidade for comprovada por laudo técnico, podendo ser exigido o isolamento da área. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 4o Na impossibilidade de compensação da reserva legal dentro da

mesma micro-bacia hidrográfica, deve o órgão ambiental estadual competente aplicar o critério de maior proximidade possível entre a propriedade desprovida de reserva legal e a área escolhida para compensação, desde que na mesma bacia hidrográfica e no mesmo Estado, atendido, quando houver, o respectivo Plano de Bacia Hidrográfica, e respeitadas as demais condicionantes estabelecidas no inciso III. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 5o A compensação de que trata o inciso III deste artigo, deverá ser submetida à aprovação pelo órgão ambiental estadual competente, e pode ser implementada mediante o arrendamento de área sob regime de servidão florestal ou reserva legal, ou aquisição de cotas de que trata o art. 44-B. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 6o O proprietário rural poderá ser desonerado, pelo período de trinta anos, das obrigações previstas neste artigo, mediante a doação, ao órgão ambiental competente, de área localizada no interior de Parque Nacional ou Estadual, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva Biológica ou Estação Ecológica pendente de regularização fundiária, respeitados os critérios previstos no inciso III deste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 6o O proprietário rural poderá ser desonerado das obrigações previstas neste artigo, mediante a doação ao órgão ambiental competente de área localizada no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, respeitados os critérios previstos no inciso III do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.428, de 2006)

Art. 44-A. O proprietário rural poderá instituir servidão florestal, mediante a qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, a direitos de supressão ou exploração da vegetação nativa, localizada fora da reserva legal e da área com vegetação de preservação permanente. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 1o A limitação ao uso da vegetação da área sob regime de servidão florestal deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 2o A servidão florestal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, após anuência do órgão ambiental estadual competente, sendo vedada, durante o prazo de sua vigência, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da

propriedade. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Art. 44-B. Fica instituída a Cota de Reserva Florestal - CRF, título representativo de vegetação nativa sob regime de servidão florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural ou reserva legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais estabelecidos no art. 16 deste Código. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Parágrafo único. A regulamentação deste Código disporá sobre as características, natureza e prazo de validade do título de que trata este artigo, assim como os mecanismos que assegurem ao seu adquirente a existência e a conservação da vegetação objeto do título. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Art. 44-C. O proprietário ou possuidor que, a partir da vigência da Medida Provisória no 1.736-31, de 14 de dezembro de 1998, suprimiu, total ou parcialmente florestas ou demais formas de vegetação nativa, situadas no interior de sua propriedade ou posse, sem as devidas autorizações exigidas por Lei, não pode fazer uso dos benefícios previstos no inciso III do art. 44. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Art. 45. Ficam obrigados ao registro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA os estabelecimentos comerciais responsáveis pela comercialização de moto-serras, bem como aqueles que adquirirem este equipamento. (Incluído pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

§ 1º A licença para o porte e uso de moto-serras será renovada a cada 2 (dois) anos perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. (Incluído pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

§ 2º Os fabricantes de moto-serras ficam obrigados, a partir de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, a imprimir, em local visível deste equipamento, numeração cuja sequência será encaminhada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e constará das correspondentes notas fiscais. (Incluído pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

§ 3º A comercialização ou utilização de moto-serras sem a licença a que se refere este artigo constitui crime contra o meio ambiente, sujeito à pena de detenção de 1 (um) a 3 (três) meses e multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos de referência e a apreensão da moto-serra, sem prejuízo da responsabilidade pela reparação dos danos causados. (Incluído pela

Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

Art. 46. No caso de florestas plantadas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA zelará para que seja preservada, em cada município, área destinada à produção de alimentos básicos e pastagens, visando ao abastecimento local. (Incluído pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

Art. 47. O Poder Executivo promoverá, no prazo de 180 dias, a revisão de todos os contratos, convênios, acordos e concessões relacionados com a exploração florestal em geral, a fim de ajustá-las às normas adotadas por esta Lei. (Art. 45 renumerado pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

Art. 48. Fica mantido o Conselho Florestal Federal, com sede em Brasília, como órgão consultivo e normativo da política florestal brasileira. (Art. 46 renumerado pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

Parágrafo único. A composição e atribuições do Conselho Florestal Federal, integrado, no máximo, por 12 (doze) membros, serão estabelecidas por decreto do Poder Executivo.

Art. 49. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que for julgado necessário à sua execução. (Art. 47 renumerado pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

Art. 50. Esta Lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação, revogados o Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal) e demais disposições em contrário. (Art. 48 renumerado pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

Brasília, 15 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Hugo Leme

Octavio Gouveia de Bulhões

Flávio Lacerda